

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ATA NÚMERO DOIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE TAVIRA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE  
FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE

----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem do Dia: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; \_\_\_\_\_
2. Apreciação da Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta nº 187/2017/CM; \_\_\_\_\_
3. Apreciação das Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 13/2019/CM, referente ao Plano de Liquidação da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (em liquidação) - Revisão; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 33/2019/CM, referente à alteração ao Plano Diretor Municipal de Tavira e à delimitação da Reserva Ecológica Nacional concelhia decorrente do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas; \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 35/2019/CM, referente à revogação do Regulamento de Autorização Municipal para Instalação e Funcionamento das Infraestruturas de Suporte das Estações de Radiocomunicações e Respetivos Acessórios; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 36/2019/CM, referente à 4-Emp/17 – Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro – Aprovação do novo planeamento da empreitada, prorrogação do prazo do contrato e repartição de encargos; \_\_\_\_\_
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 37/2019/CM, referente à Prestação de Contas/2018; \_\_\_\_\_

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 38/2019/CM, referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019; \_\_\_\_\_

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 40/2019/CM, referente à Descentralização – transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.

----O **Presidente da Assembleia Municipal**, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. \_\_\_\_\_

----Pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os deputados municipais, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Manuel Duarte de Brito, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Otília Martins Cardeira, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento Palmeira. \_\_\_\_\_

---Os deputados municipais Hugo Daniel Santos Gomes e Jorge Humberto Martins Corvo solicitaram substituição tendo sido substituídos por Leonardo António Gonçalves Martins e Filomena Adelaide Pereira Sabino Matos substituída por Luís Manuel Duarte de Brito, respetivamente. \_\_\_\_\_

----A Deputada Municipal Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa faltou à sessão. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinham ainda três atas por aprovar, todavia a ata que se referia à sessão extraordinária realizada em janeiro passado ainda não se encontrava concluída pelo que tinha ali as duas últimas do ano anterior, a ata número cinco referente à sessão ordinária realizada no mês de novembro e a ata número seis referente à sessão extraordinária realizada em dezembro. \_\_\_\_\_

----Colocou individualmente as atas a votação, tendo a ata número cinco referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e nove de novembro sido aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, cuja listagem se encontra em anexo à presente ata, como documento número um. \_\_\_\_\_

----A ata número seis referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no passado dia onze de dezembro foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, cuja listagem se encontra em anexo à presente ata, como documento número dois. \_\_\_\_\_



----Continuou dirigindo-se ao público presente para lembrar que quem pretendesse usar da palavra no período de intervenção do público deveria proceder à respetiva inscrição junto dos serviços de apoio. \_\_

----Antes de iniciarem a discussão da recomendação e moção que tinham sido apresentadas pretendia apresentar uma situação, que gostaria de não o fazer mas que infelizmente acontecia. Estava-se a referir ao desaparecimento de um homem que muito tinha dado à cultura do concelho tendo levado o seu nome na forma de folclore a todos os cantos do mundo, que infelizmente os tinha deixado no dia anterior, pelo que pretendia primeiramente solicitar um minuto de silêncio em memória de Otilio Dourado. \_\_\_\_\_

----Referiu que pensava que todos os presentes, com mais ou menos proximidade, conheciam aquela que tinha sido a atividade de Otilio Dourado nos últimos anos, muitos, pois pelo menos há cinquenta anos que se recordava dele, pelo que gostaria que a Assembleia Municipal aprovasse um Voto de Pesar pelo seu desaparecimento e, em simultâneo, uma recomendação à Câmara Municipal de Tavira para que em próxima reunião municipal de toponímia fosse atribuído o seu nome a uma das ruas da Luz de Tavira. Assim, colocava a questão à consideração dos presentes pois considerava que era uma grande perda para todos, que o Rancho Folclórico da Luz de Tavira não seria o mesmo embora seguramente continuasse, porque Otilio Dourado tinha deixado marcas profundas que certamente não desapareceriam. Obviamente que não era apenas o Rancho Folclórico da Luz de Tavira que perdia, mas todo o folclore do concelho e do país pois ele seguramente que tinha ido mais longe do que a Luz de Tavira ou Tavira. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que se recordava de há cerca de quarenta anos o ter encontrado com o seu rancho e "baile mandado" no sul de França. Tratava-se realmente de uma pessoa que muito tinha contribuído para a cultura do concelho. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal José Graça** disse que apenas pretendia manifestar a inteira solidariedade da bancada do Partido Socialista (PS) com a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal endereçando desde aquela Assembleia Municipal as sentidas condolências aos familiares, aos amigos de Otilio Dourado e aos membros e sócios das associações das quais fazia parte, não apenas o Rancho Folclórico da Luz de Tavira visto que tinha tido sempre uma presença muito ativa no tecido social da Freguesia da Luz de Tavira e era uma memória viva do património cultural imaterial da região algarvia, não apenas pela dinamização do Rancho Folclórico numa altura em que tinham surgido muitos ranchos folclóricos, mas também por ter sido pioneiro no trabalho de recolha etnográfica que tinha sido efetuado na Freguesia de Santo Estevão e Luz de Tavira garantindo a genuinidade das suas atuações, dos seus trajos e também das músicas que interpretavam. Também se aliavam à proposta para que o

*far*  
*rej.*  
*[assinatura]*

seu nome ficasse na memória dos luzenses através da atribuição de um topónimo depois de ter sido justamente homenageado em vida pelo Município. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que considerava que tinham perdido um pouco da “*Alma Algarvia*” uma vez que Otílio Dourado era um dos seus mais genuínos intérpretes, tendo feito escola, sendo que, presentemente, muitos dos mandadores dos ranchos folclóricos da região se retratavam e procuravam imitá-lo. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que em nome da bancada do Partido Social Democrata (PSD) pretendia expressar a anuência com a proposta do Presidente da Assembleia Municipal e, tendo ouvido atentamente as palavras do Deputado Municipal José Graça reviam-se integralmente nas suas palavras. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** referiu que o Bloco de Esquerda (BE) pretendia associar-se àquela homenagem a Otílio Dourado que tinha tido o prazer de conhecer pessoalmente e acompanhado parte da sua obra, pelo que nunca era demais louvar as pessoas que integravam os movimentos associativos especialmente pelo trabalho que realizavam junto das populações e, como o Deputado Municipal José Graça tinha dito muito bem, ele tinha sido uma escola, pelo que também se associavam à homenagem que a Câmara Municipal lhe deveria de prestar por proposta do Presidente da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Otílio Fernandes Correia Dourado e a recomendação à Câmara Municipal tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.** \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinham recebido dentro do prazo previsto no Regimento da Assembleia Municipal, ambas pelo BE, uma recomendação e uma moção que passaria a apresentar. \_\_\_\_\_

---Relembra os senhores deputados municipais que deveriam de controlar o tempo de intervenção, que não era muito, e passava a palavra ao Deputado Municipal Artur Sanina para que dissesse o que entendesse relativamente à recomendação apresentada, intitulada “*Pela urgente melhoria das condições dos Bombeiros Municipais de Tavira*”. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** referiu que o BE apresentava uma recomendação e uma moção à Assembleia Municipal num dia de muita gratidão pelos vinte anos que estava a comemorar. \_\_\_\_\_

---Quanto à recomendação e independentemente das reuniões que tinham realizado com os diversos setores da sociedade civil, militar, de segurança, de saúde, entre outras, uma das primeiras instituições que tinham visitado tinha sido os Bombeiros Municipais de Tavira. \_\_\_\_\_

---Não obstante as considerações que constavam na recomendação devia dizer que o Comandante dos Bombeiros Municipais de Tavira tinha sido bastante claro ao referir que tinha recebido por parte do

*Handwritten notes:*  
fey  
ley

Executivo Municipal todo o apoio necessário para fazer face ao seu trabalho, quer fosse a nível de equipamentos, viaturas ou condições de trabalho. \_\_\_\_\_

----Todos louvavam o apoio prestado pelo Executivo Municipal mas para além de todo o trabalho que os Bombeiros Municipais de Tavira vinham a executar, o BE considerava que tal não era suficiente. Questionado o Comandante dos Bombeiros Municipais de Tavira quanto à maior necessidade que tinham, que era a primeira pergunta que faziam, tinha referido que não era material ou monetária, que apenas pretendia estímulo para os bombeiros cuja carreira não estava definida, que tinham baixos salários, tendo que se levantar de madrugada, fosse a que horas fosse, sair de casa para auxiliar quem deles necessitasse, sendo a razão por que apresentavam à Assembleia Municipal aquela recomendação. Apesar de louvarem o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal estavam preocupados com a carreira e condições de trabalho que os bombeiros tinham. \_\_\_\_\_

----*“Assim, pelo exposto acima, a Assembleia Municipal, reunida em 28/02/2019, recomenda ao Executivo Camarário que:* \_\_\_\_\_

----1- *Desenvolva rapidamente esforços para realocar o quartel dos Bombeiros Municipais de Tavira, o qual deve situar-se junto das vias de acesso, obtendo desta forma uma melhor localização para a rápida intervenção nos vários cenários possíveis.* \_\_\_\_\_

----2- *Pugne pela equiparação dos Bombeiros Municipais aos Bombeiros Sapadores, conseguindo-se desta forma uma maior motivação dos profissionais, assim como um reforço na atratividade da função, a qual trará uma progressiva melhoria na qualidade dos efetivos futuros.* \_\_\_\_\_

----3- *Dinamize a contratação de mais elementos para o quadro de efetivos dos Bombeiros Municipais de Tavira, de forma a criar um quadro equilibrado e, conseqüentemente uma melhor gestão dos recursos humanos existentes.”* \_\_\_\_\_

----De acordo com a informação do Comandante dos Bombeiros Municipais de Tavira, naquela altura em que lá tinham estado, a Corporação era constituída por cinquenta homens, estando dez em formação, mas que ele considerava que o número ideal seria sessenta homens. \_\_\_\_\_

----Para concluir, disse que aquelas eram as preocupações que os tinham levado a apresentar a recomendação, reconhecendo o trabalho que o Executivo Municipal vinha a realizar no apoio aos Bombeiros Municipais de Tavira mas o que certamente também constituía uma preocupação do Presidente da Câmara Municipal, necessitavam de um novo quartel para darem assim melhores condições aos Bombeiros Municipais de Tavira. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal José Graça** disse que em nome da bancada do PS e no início daquele período antes da ordem do dia, pretendia expressar uma saudação sincera de felicitações ao BE pelo cumprimento daqueles vinte anos de luta pelos ideais e princípios que tinham colocado na sua carta e

que ao longo daquele período tinham vindo a defender perante a sociedade portuguesa nos mais diversos palcos. \_\_\_\_\_

---Relativamente à recomendação apresentada pelo BE gostava de a dividir em duas áreas, uma relativa à questão específica dos Bombeiros Municipais de Tavira e uma segunda relativa à situação genérica dos bombeiros municipais a nível nacional. \_\_\_\_\_

---Quanto aos Bombeiros Municipais de Tavira, às instalações e condições de trabalho, devia de dizer que tinha sido com o PS que ao longo dos últimos nove anos as condições de trabalho dos Bombeiros Municipais de Tavira tinham vindo a ser progressivamente melhoradas não apenas em termos de instalações mas também em termos de equipamento e, particularmente nos últimos dois exercícios, tinham aprovado naquela Assembleia Municipal o alargamento do respetivo quadro de pessoal permitindo à Câmara Municipal lançar concursos para admissão de novos bombeiros municipais e consequente rejuvenescimento do quadro. Tratava-se de um caminho que tinham vindo a trilhar e que pretendiam continuar pelo que o Executivo Municipal poderia saber que contariam com o apoio da sua bancada naquela vertente. \_\_\_\_\_

---Relativamente às instalações era uma preocupação de anos decorrente do crescimento da cidade, da necessidade de uma maior aproximação às vias de comunicação, mas também de terem um quartel adequado à nova realidade dos Bombeiros Municipais de Tavira. Se presentemente estavam bem no que se referia a viaturas, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de proteção individual, de facto, relativamente às instalações era necessário serem melhoradas. Para esse efeito o PS tinha colocado no programa eleitoral a resolução da situação do quartel para o corrente mandato que se prolongava até 2021. Assim tinham que encontrar um terreno adequado às necessidades dos Bombeiros Municipais de Tavira, tinham que elaborar um projeto adequado às necessidades e às especificidades dos bombeiros municipais e avançar com aquele processo beneficiando da boa situação financeira do Município. \_\_\_\_\_

---Em segundo lugar, falavam de uma matéria que muito extravasava o concelho de Tavira tal como extravasava as quatro corporações de bombeiros municipais do Algarve, todavia era uma matéria que colhia opinião unanime dos autarcas socialistas do Algarve, mas também do Governo, sendo para tal que se tinha vindo a realizar um trabalho progressivo na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com a constituição de um grupo de trabalho para o efeito, especialmente para trabalhar com o Governo, do qual o Município de Tavira fazia parte. Não era a primeira vez que falavam sobre aquela matéria, cujo assunto colhia a unanimidade do Executivo e daquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---Considerava que era inacreditável que ao fim de todos aqueles anos, os bombeiros municipais continuassem a ser integrados na carreira de assistente operacional, muitos deles com características

indiferenciadas, dado o nível de qualificação, intervenção, que lhes era exigido como técnicos de emergência pré hospitalar, como agentes de proteção civil de primeira linha tanto na área da prevenção dos riscos como na área de combate às emergências que surgiam, pelo que era inadmissível que assim continuassem. \_\_\_\_\_

---Era por aquelas razões que votariam favoravelmente aquela recomendação apresentada pelo BE naquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a recomendação “Pela urgente melhoria das condições dos Bombeiros Municipais de Tavira”** que foi aprovada por unanimidade, cujo documento integral se encontra em anexo à presente ata como documento número três. \_\_\_\_\_

---**O Presidente da Assembleia Municipal** passou à moção com o título “Pelo combate à violência de género” também apresentada pelo BE solicitando ao Deputado Municipal Artur Sanina que fosse muito sintético porque na apresentação da recomendação já tinha utilizado três minutos e cinquenta e quatro segundos dos cinco minutos que dispunha naquele período antes da ordem do dia. \_\_\_\_\_

---Referiu que todos os deputados presentes recebiam as recomendações, as moções, pelo que não seria necessário lê-las pois caso contrário já não poderia falar mais. Portanto reiterava o pedido para que o Deputado Municipal fosse sintético porque todos tinham tido tempo para ler a moção. \_\_\_\_\_

---**O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que os considerandos do Presidente da Assembleia Municipal eram bem recebidos e que os tomava em consideração. \_\_\_\_\_

---Na reunião de trabalho que tinham efetuado tinham verificado que se tratava de uma moção muito extensa pelo que não iria lê-la na íntegra focando apenas que, no âmbito do aniversário do BE, como também tinha visto nas redes sociais, embora tivessem vinte anos, tinha sido o partido político que tinha conseguido pela primeira vez legislar sobre a violência de género, o que lhes dava grande satisfação, e ainda mais, o facto de apresentarem uma moção naquela Assembleia Municipal para votação, cuja aprovação já tinha acontecido noutras assembleias municipais que, pelo seu teor, as tinham votado favoravelmente por unanimidade. Tendo sido aquele o resultado noutras assembleias municipais esperava, que no dia do aniversário, a Assembleia Municipal de Tavira não o desiludisse. \_\_\_\_\_

---Na primeira parte da moção tinham tido a preocupação de mencionar todas as alterações efetuadas à legislação até ao momento atual, pelas diferentes forças políticas quer fossem o Pessoas-Animais-Natureza (PAN), o BE, o Partido Popular (CDS-PP) ou outras, que tinham tentado melhorar a Lei. \_\_\_\_\_

---Passava a destacar dois ou três pontos. \_\_\_\_\_

---«Saudar todas as manifestações e concentrações; \_\_\_\_\_

---Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva; \_\_\_\_\_



- Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas: \_\_\_\_\_
- Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores; \_\_\_\_\_
- Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal; \_\_\_\_\_
- Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória; \_\_\_\_\_
- Garantir a articulação entre o processo-crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor; \_\_\_\_\_
- Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição, pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito. \_\_\_\_\_
- Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.
- Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas. \_\_\_\_\_
- Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.» \_\_\_\_\_
- Aquele era o fundamento da moção sendo que gostava de realçar que realmente tinha existido uma preocupação por parte de outras assembleias municipais que, tal a sua importância, tinham votado por unanimidade a moção. \_\_\_\_\_
- Tinha acabado de tomar conhecimento pelas redes sociais que o Ministro da Administração Interna tinha criado uma equipa de trabalho para dentro de três meses apresentar resultados, o BE lutava há vinte anos, e esperava que não sucedesse o mesmo que acontecia noutras moções em que não votavam favoravelmente com o pretexto de que o Governo já estava a tratar. \_\_\_\_\_
- O **Deputado Municipal Pedro Soares** disse que relativamente à moção apresentada pelo BE apenas gostaria de fazer a sua declaração de voto. \_\_\_\_\_
- “Considerando que os recursos diminutos afetos à prevenção, à proteção e ao apoio às vítimas e à degradação das funções sociais do Estado são entraves reais à construção de planos de saída das situações de violência doméstica, em relação à nossa legislação que já prevê prevenção, proteção e reparação às vítimas de violência doméstica, bem como a penalização dos agressores importa que esta seja aplicada em todos os domínios. \_\_\_\_\_
- As políticas públicas devem de garantir a prevenção e avaliar corretamente as situações de risco em todo o território nacional. \_\_\_\_\_

----O investimento em recursos financeiros, humanos e técnicos nos diversos serviços públicos que intervêm nestes domínios devem de ser reforçados. \_\_\_\_\_

----É urgente a criação de mecanismos de coordenação entre todos os atores envolvidos nos processos desde os órgãos de polícia criminal à saúde, desde a segurança social à justiça, garantir o apoio, a segurança e a confiança de que as mulheres tanto necessitam. \_\_\_\_\_

----Numa sociedade que banaliza as violências persiste entre os mais jovens mitos e estereótipos, desculpabilização de alguns atos abusivos, minimização da ação dos agressores e culpabilização da vítima acompanhado muitas vezes da legitimação do ciúme, do sentimento de posse e da desvalorização de múltiplas forças de violência incluindo a sexual. Tal não augura nada de bom neste combate tão urgente pela igualdade na vida e não há igualdade na vida enquanto a violência continuar suspensa na vida das mulheres.” \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que apenas pelas razões invocadas a Coligação Democrática Unitária (CDU) ir-se-ia abster na votação daquela moção. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal José Graça** disse que o BE existia há vinte anos mas devia de referir ao Deputado Municipal Artur Sanina que ele já trabalhava naquela área há vinte e quatro. Provavelmente o Deputado Municipal não conheceria mas ele tinha feito parte da equipa inicial do Projeto Inovar a nível nacional em que se pretendia inovar na atuação das forças e serviços de segurança em relação a matérias específicas que afetavam a sociedade portuguesa e que, na altura, tinha sido dinamizado pelo Ministro Alberto Costa, que desconhecia se ele se recordava dele, mas era o Ministro que dizia “*Esta não é a minha polícia*”. Na altura alguém tinha pretendido dizê-lo mas, de facto, havia uma polícia e uma guarda que estava aberta a grandes processos de inovação. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que ao pronunciar-se sobre aquela matéria pretendia homenagear de uma forma sentida as quinhentas vítimas mortais da violência de género em Portugal ao longo dos últimos quinze anos, data em que tinham começado a serem efetuadas estatísticas sobre aquela matéria pois nem sequer existia aquela diferenciação na avaliação do relatório anual de segurança interna, o que tinha começado a acontecer nos últimos quinze anos, durante os quais quinhentas mulheres tinham sido vítimas de violência de género, todavia nem que tivesse sido uma, já seria demais. \_\_\_\_\_

----Pessoalmente lamentava que aquele assunto apenas tivesse caído na ordem do dia do mediatismo porque, desde o início do corrente ano, tinham falecido já onze mulheres e uma criança com dois anos.

----Tratava-se de uma matéria na qual o Governo tinha vindo a trabalhar de uma forma serena mas também proativa com as mais variadas entidades da sociedade civil, com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com os organismos públicos e também com a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL). Existia trabalho realizado, que era um trabalho sério, mas conforme todos podiam



compreender não era um problema social que se acabasse de um dia para o outro, aliás, os estudos mais recentes apontavam dados muito preocupantes do crescimento, ao longo dos últimos cinco anos em que o fenómeno tinha vindo a ser acompanhado, do crescimento da violência no namoro, ou seja, existia violência de género cada vez em faixas etárias mais baixas talvez favorecidos pela emergência e preponderância das redes sociais e dos novos meios de comunicação. A moção apresentada pelo BE referia precisamente o crime de perseguição, de *stalking*, que era um tipo de crime que também tinha vindo a merecer evidência pública ao longo dos últimos tempos. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que naquele mesmo dia em Conselho de Ministros, consolidando o trabalho que tinha vindo a ser efetuado pelo Governo, tinha sido registado e marcado o dia sete de março seguinte como o Dia Nacional do Luto pelas Vítimas de Violência de Género, e formada a Comissão Interna Ministerial para atuar ao nível da legislação e intervenção naquele domínio. \_\_\_\_\_

---Referiu que concordando com a generalidade do que estava escrito na moção, não podia concordar quando se dizia que existia pouca vontade política, porque, de facto, se existia a quem apontar o dedo, não era certamente aos governos do PS que tinham vindo a trabalhar naquela matéria ao longo dos últimos vinte e quatro anos, desde 1995, quer pela introdução de políticas modernas e muitas vezes de ponta em termos europeus, mas também porque se tratava de um drama social que carecia de uma intervenção continuada que não podia ser colocada em causa por uma ou outra dificuldade orçamental.

---Concluiu dizendo que existia vontade política forte colocando o processo sob a liderança da Ministra da Presidência e também todo o trabalho que iria ser executado pelo Governo e, posteriormente, numa escala *topdown* por todas as instituições da sociedade civil portuguesa e organismos do Estado. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que o combate à violência de género era um drama social que impedia uma comunidade. Independentemente de algumas questões ou meios que pudessem ser alocados ou levados à prática para atingir aquele fim, pela nobreza do fim, a orientação de voto da bancada do PSD era favorável. \_\_\_\_\_

---O Deputado Municipal Artur Sanina pediu a palavra e o Presidente da Assembleia Municipal informou que as suas intervenções já somavam sete minutos e quarenta segundos quando apenas tinha direito a cinco minutos. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que aquele problema não existia há vinte e cinco anos, mas há quarenta ou mais. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que provavelmente existia desde sempre. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que há quarenta anos quando tinha começado a trabalhar em bairros degradados já aqueles problemas existiam, já os maridos batiam nas mulheres, e outros, não

sendo de há vinte e cinco anos, todavia o que não tinha havido era força política para solucionar aqueles problemas. \_\_\_\_\_

---Quando se dirigia para a Assembleia Municipal, ao referir que ia apresentar aquela moção, tinham-lhe dito que ele sabia o que iriam responder porque como não tinham sido eles a apresentar, iriam votar contra. Portanto enquanto nas outras assembleias municipais todas as forças políticas, que também ali estavam representadas, tinham votado favoravelmente a moção, naquela Assembleia Municipal colocavam-se interrogações porque não se concordava com o contacto político. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu o Deputado Municipal Artur Sanina dizendo que fizesse o favor de terminar pois já tinha esgotado o seu tempo, e que não tinha percebido a intervenção das restantes bancadas pois ele não tinha ouvido ninguém dizer que iria votar contra pelo que o Deputado Municipal estava a perder tempo de que não dispunha. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** retorquiu que na maneira de ver do Presidente da Assembleia Municipal ele estava a perder tempo. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que então seria na sua maneira de ver, mas o Deputado Municipal tinha esgotado o tempo pelo que não lhe voltaria a passar a palavra. No período antes da ordem do dia o BE dispunha de cinco minutos e que o Deputado Municipal com apenas a recomendação e moção, já tinha gasto dez, pelo que sugeria que contabilizasse o seu tempo. \_\_\_\_\_

---Continuou dizendo que já o tinha avisado por três ou quatro vezes e o Deputado Municipal insistia com intervenções que apenas faziam perder tempo quando o poderia usar noutras situações muito mais interessantes. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação a Moção "*Pelo combate à violência de género*" que foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baía, Leonardo Martins, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Silvino Oliveira, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Pedro Soares. \_\_\_\_\_

---O texto integral da moção encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro.

---O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não percebia onde o Deputado Municipal Artur Sanina tinha ouvido alguém dizer que iria votar contra, portanto, insistia que se tratava apenas de perda de tempo. \_\_\_\_\_

---Continuando no período antes da ordem do dia disse que estavam abertas as inscrições sendo que não passaria a palavra ao Deputado Municipal do BE porque já tinha esgotado o seu tempo. \_\_\_\_\_

----A **Deputada Municipal Manuela Romão** procedeu à leitura de um voto de saudação. \_\_\_\_\_

----“No próximo dia 8 de Março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. \_\_\_\_\_

----Em 1910, por proposta de Clara Zetkin, foi aprovado um dia internacional que estipulava uma ação comum pela emancipação das proletárias e pelo sufrágio universal, em homenagem à dura luta travada em 1857 pelas operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque. Este dia que representa o símbolo da luta emancipadora das mulheres permanece em todo o mundo como um marco na defesa dos direitos pela igualdade, justiça social, progresso e paz. \_\_\_\_\_

----Importa, não só neste dia mas também nos restantes 364 dias do ano, refletir sobre o que a Mulher já conseguiu alcançar, e o longo caminho que ainda se tem que percorrer para que finalmente possam ter uma sociedade onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres, e onde a desigualdade de género seja eliminada nas questões económicas e sociais. \_\_\_\_\_

----Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao ano de 2016, as mulheres representam mais de 52% da população total do País, e que, mesmo em relação à parcela da população que se poderá considerar produtiva ou potencialmente produtiva, as mulheres continuam a ser maioritárias, mesmo assim foi necessária uma lei de igualdade salarial. \_\_\_\_\_

----Se não podemos ignorar que o século XX foi um século de profundas transformações na condição feminina, de avanços significativos na desconstrução de estereótipos, foi-o também do reconhecimento, visibilidade e respeito pelo seu estatuto social e político, que representaram difíceis conquistas. \_\_\_\_\_

----No entanto, as mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica, um flagelo que afeta as famílias e a sociedade, de forma crescentemente preocupante e transversal. \_\_\_\_\_

----Não podemos também esquecer que em Portugal, contrariando os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa continuam a persistir inúmeras desigualdades, preconceitos e discriminações no trabalho, na vida e na sociedade, em relação às mulheres. \_\_\_\_\_

----Considerando que as comemorações do Dia Internacional da Mulher visam consciencializar a sociedade, que o exercício dos direitos das Mulheres deve ser uma prática diária, constituindo parte integrante de uma sociedade mais democrática, mais justa e mais solidária para todos os cidadãos. \_\_\_\_\_

----Considerando que assinalar o dia 8 de Março é uma oportunidade para exigir do poder político uma intervenção coerente em defesa da qualidade de vida e da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres. \_\_\_\_\_

----Considerando que ainda persistem muitos fatores de discriminação, de retrocesso e de ameaça a direitos conquistados, sendo fundamental que se assuma o compromisso ativo na construção de uma sociedade em que se defenda, em pleno, os direitos das mulheres. \_\_\_\_\_



----Considerando que o 21.º Governo Constitucional aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) e os respetivos Planos de Ação, assente em quatro eixos assumidos como as grandes metas de ação global e estrutural até 2030, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 25 de maio. \_\_\_\_\_

----Assim sendo, queremos nesta hora: \_\_\_\_\_

----1. Saudar todas as mulheres portuguesas por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher, apelando à continuidade na reivindicação pela igualdade de direitos e de oportunidades. \_\_\_\_\_

----2. Saudar todas as pessoas e instituições que ativa e empenhadamente lutam por uma sociedade mais igual, mais justa e contra todas as discriminações. \_\_\_\_\_

----3. Recomendar ao Município, entidades participadas e freguesias, o cumprimento do roteiro para a igualdade proposto pela ENIND, visando a eliminação de todos os obstáculos estruturais à igualdade entre mulheres e homens.” \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal** disse tratando-se de uma saudação à efeméride do Dia da Mulher, de qualquer modo, o colocaria à votação. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher” que foi aprovado por unanimidade.** \_\_\_\_\_

----Verificando não existirem mais intervenções no período antes da ordem do dia, referiu que tinham apenas uma inscrição para a intervenção do público e, uma vez que a ordem do dia era longa, para não fazer a Muniçipe Amélia Esteves ter que esperar muito tempo, apesar de obviamente poder continuar a assistir à sessão, passava-lhe a palavra. \_\_\_\_\_

----A **Muniçipe Amélia Esteves** disse que era a primeira vez que assistia a uma Assembleia Municipal mas considerava o assunto que ali a levava demasiado grave. Estavam em pleno séc. XXI e pensava que não deveriam de acontecer aqueles acidentes de percurso, para não dizer coisa pior. \_\_\_\_\_

----A situação que pretendia expor já lhe tinha acontecido em Tavira por duas vezes. \_\_\_\_\_

----Tinha alugado uma habitação sem contrato escrito devido à enorme dificuldade em conseguir-se alugar uma habitação com contrato escrito. Ao fim de algum tempo, tendo que preencher a declaração de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) nas Finanças tinham-na alertado que era obrigada a ter um contrato escrito. Tinha-se dirigido à proprietária da habitação que lhe tinha efetuado um contrato por oito meses que, terminado aquele tempo, lhe tinha comunicado que necessitava da habitação pelo que ela teria que deixá-la ou teria que pagar cem euros por dia caso não saísse no dia pretendido pela proprietária a quem tinha comunicado a impossibilidade de pagar aquele valor porque não era turista, tendo saído da habitação e procurado outra. \_\_\_\_\_

*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*

---Tinha arranjado nova habitação nos mesmos moldes, sem contrato escrito, apenas verbal. Pagava quatrocentos euros mensais acrescidos das faturas de água, luz, gás, telefone e internet, sendo que todas as faturas tinham ficado à conta do senhorio que as recebia remetendo-as posteriormente para que ela procedesse à sua liquidação. \_\_\_\_\_

---O contrato verbal tinha sido estabelecido por um ano, que no Algarve eram dez meses, porque quando se chegava ao mês de junho a habitação era solicitada pelo senhorio para passar as suas férias.

---Certo dia estava no seu apartamento e tinha recebido um correio eletrónico do senhorio a comunicar-lhe que no dia vinte e oito de fevereiro teria que deixar o apartamento, o que a tinha incomodado pois não tinha para onde ir. \_\_\_\_\_

---Habitava um apartamento pelo qual pagava uma renda mensal de quatrocentos euros, não tinha rendas em atraso, não tinha faturas em atraso, e as poucas que tinha tido que liquidar com uma importância acrescida para a religação tinham sido o resultado da retenção das mesmas por parte do senhorio que quando as tinha remetido já se encontravam fora de prazo. \_\_\_\_\_

---Considerava que era uma situação que em pleno séc. XXI não deveria de acontecer com ninguém, muito menos com pessoas que não eram de Tavira, que estava por questões de trabalho, que era portuguesa, gostava de Tavira e não pretendia deixar a cidade. \_\_\_\_\_

---Naquele mesmo dia, por volta das onze horas, meio-dia, o senhorio tinha-se dirigido ao apartamento, sendo que tinha cortado ou mandado cortar a água, a luz, o gás, e a internet pelo que estava num apartamento sem aqueles quatro serviços que eram necessários. \_\_\_\_\_

---Pensava que era uma situação inadmissível para a qual tinha que haver uma solução. Tinha vivido muitos anos no estrangeiro e nunca tinha tido um corte de água, luz, gás, ou o que quer que fosse. Presentemente não tinha absolutamente nada. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o assunto não era da competência daquela Assembleia Municipal sendo talvez um assunto de Tribunal. Todavia uma vez que o Presidente da Câmara Municipal era jurista, poderia dizer algo. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Câmara Municipal** disse que o caso que tinha sido relatado se tratava mais ou menos de crime fiscal com o atestado de dependência de uma pessoa que necessitava de uma habitação, porque o facto de o senhorio não passar recibo seguramente que era enquadrável numa questão fiscal, pelo que a Muniçipe teria três soluções. \_\_\_\_\_

---A Muniçipe estava num estado de dependência porque necessitava de uma habitação sendo que os senhorios agiam muito daquele modo por considerarem ser mais fácil a gestão do processo. Era certo que a Muniçipe como inquilina, com ou sem documentos, tinha direitos, com ou sem contrato, existia

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

um contrato tácito. A não existência de um contrato escrito que tinha que ser depositado nas finanças fazia com que existisse uma evasão fiscal. \_\_\_\_\_

---Talvez o primeiro aconselhamento que devia de solicitar, deveria de ser junto da Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor (DECO) que tinha juristas cujos serviços eram gratuitos e a quem tanto a Câmara Municipal, que era sócia da DECO, como a AMAL, davam a sua contribuição. Daquele modo a Múncipe ficaria com uma informação retratando a situação, com uma noção do que era o seu direito, porque verdadeiramente sabiam que a relação entre senhorio e inquilino era uma relação justa quando as pessoas estavam no mesmo propósito, todavia era sempre uma relação desequilibrada apesar de numa relação contratual mesmo que o inquilino cumprisse as regras os contratos tinham um máximo de cinco anos. Antigamente eram formalizados contratos de arrendamento sem termo, o que já não acontecia no presente que eram no máximo de cinco anos, que se senhorio e inquilino cumprissem as regras, obviamente os contratos seriam para cumprir. Não existindo contrato, diria que haveria um contrato tácito, não escrito, não depositado nas finanças, mas como existia aquela obrigatoriedade tratava-se de uma situação específica de alguém não estar a agir como devia pelo que poderia ser sancionado. Não queria dizer que o contrato de arrendamento fosse válido mas pelo menos alguém teria que pensar nas consequências. \_\_\_\_\_

---Se não pretendesse consultar a DECO e tivesse uma relação mais ponderada, diria que podia estar sob a tutela e ninguém poderia tirar a água ou a luz mesmo tendo uma relação de contrato não depositado porque cortar a água ou luz requeria uma queixa na Polícia de Segurança Pública (PSP) ou alguma atitude, nomeadamente consultando um advogado, o que sendo um caminho mais moroso também esclarecia a questão. \_\_\_\_\_

---A terceira situação era que se a Múncipe dissesse publicamente, naquela Assembleia Municipal, quem era o senhorio, qual era a morada, seria mandada extrair certidão das declarações como Múncipe e efetuada a participação ao Ministério Público e às Finanças, porque a Assembleia Municipal podia fazê-lo, embora não no âmbito do Município. Para tal teria que identificar claramente quem eram as pessoas e sobre a égide de um crime fiscal denunciado publicamente seria mandada extrair certidão daquela ata da Assembleia Municipal e comunicado às entidades competentes para averiguação pois, daquela forma talvez os senhorios tivessem mais recato no modo como agiam. \_\_\_\_\_

---A **Múncipe Amélia Esteves** disse que o senhorio se chamava Hugo Santos, era Polícia de Segurança Pública e vivia no Barreiro, cuja morada não tinha. O nome completo era Hugo Corvina Palma Santos e a morada do apartamento em Tavira era Rua Gaspar Corte Real, n.º 5, 2.º Frente. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Câmara Municipal** disse que, seguramente, o Presidente da Assembleia Municipal, porque a questão não tinha a ver com a Câmara Municipal, faria prosseguir a situação relatada,

enquadrando-a juridicamente, factualmente o que poderia ser, podendo haver ou não uma infração de que certamente o Presidente da Assembleia Municipal faria seguir termo, sendo conseqüente com algo que ainda desconheciam, mas seguramente que não seria uma entidade política como era o caso do Executivo Municipal ou a Assembleia Municipal que poderiam resolver, podendo apenas prosseguir a situação para as entidades competentes. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam entrar na ordem do dia com a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que se tinham realizado algumas exposições, festas, alguns concertos na área cultural. Apesar de se tratar da época baixa e estarem com fortíssimas limitações em espaços expositivos ou de espetáculo, tinham tentado dentro da medida do possível, trabalhar com os recursos que dispunham, pois como sabiam o Cine Teatro encontrava-se em empreitada e tinham executado a reabilitação do Mercado da Ribeira cujo Carnaval já ali aconteceria, bem como as festas do 25 de Abril, pois tinham que aproveitar o espaço que dispunham. \_\_\_\_\_

----A Biblioteca Municipal tinha servido para alguns eventos mas pretendia frisar que aquele espaço não era um auditório ou uma sala de espetáculos, que continha uma sala que cediam para a realização de alguns espetáculos dimensionados à mesma e à vertente cultural que era a expressão artística, alguma música, leitura, exposições, um ou outro espetáculo de teatro, mas dentro das condições que possuía, porque, seguramente, não se tratava de um auditório que pretendiam ter. Assim, tinham tentado realizar eventos dentro daquela limitação, obviamente que também nas Igrejas, tendo tentado efetuar aquela dinamização cultural esperando que no ano seguinte, já com o Mercado da Ribeira tivessem mais apoio, sendo que posteriormente os eventos aconteceriam ao ar livre. Apenas pretendia dar aquela nota porque existia muita pressão para que os agentes culturais utilizassem aquele espaço da Biblioteca Municipal, o que era normal, mas tinham que efetuar uma gestão prudente do espaço para não se degradar, não tendo a acústica necessária, pelo que não possuía as condições necessárias para todos aqueles espetáculos. \_\_\_\_\_

----Referiu-se às iniciativas realizadas no âmbito do Programa Cultural 365 Algarve do que eram parceiros. \_\_\_\_\_

----Na área do desporto tinha-se realizado a XI Corrida São Silvestre Vila de Santa Luzia, o Sarau de Natal de Ginástica Acrobática e Trampolins, um conjunto de caminhadas e o BTT. \_\_\_\_\_

----Realizou-se a Gala do Desporto Tavira 2018 e há alguns dias atrás a chegada de uma etapa da 45.ª Volta ao Algarve em Bicicleta. \_\_\_\_\_

----Felizmente que tinham tido muitos eventos, Conferências, Workshops, Seminários, existindo muita dinâmica naquela matéria, para muitos gostos e de acordo com vários interesses. \_\_\_\_\_

*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*

---Aconteceram várias iniciativas e vários passeios temáticos no contexto da Dieta Mediterrânica. \_\_\_\_\_

---No Natal e Ano Novo, juntamente com a Baixa de Tavira, outras associações e juntas de freguesia, tinham realizado algumas iniciativas alusivas à época. A programação de Natal compreendeu três ou quatro dias seguidos com música alusiva à época e foi um período onde estiveram muitas pessoas, não apenas estrangeiros, mas muitos portugueses, sendo que os residentes também gostavam pois em Tavira residia um núcleo de pessoas que se interessavam manifestamente pelas questões culturais, o que considerava ser bom porque a Câmara Municipal organizava os eventos e as pessoas participavam.

---Quanto à Passagem de Ano pensava que já constituía um marco em Tavira e que tinha tido uma enchente como se via na fotografia, o que considerava bom. Tinha havido um problema com o Fogo de Artifício dado ter acontecido um lançamento às vinte e três horas, por erro técnico, sendo que as pessoas tinham pensado que estavam a comemorar pelo horário espanhol, o que não tinha acontecido, mas um erro técnico, um problema técnico de ligação informático, que por milagre não tinha dado origem a um acidente uma vez que a pessoa que estava a operar o fogo tinha-se dirigido à ponte para verificar a ocorrência e quando estava a meio da ponte o fogo de artifício tinha começado a disparar por todo o lado sendo que só não se tinha verificado um acidente grave por mero acaso. Aqueles disparos tinham afetado a apresentação em cerca de quarenta ou quarenta e cinco segundos, sendo que tinha havido um período na sequência final em que tinham faltado disparos. Queria informar que no âmbito do contrato tinham responsabilizado a empresa que tinha sido penalizada, por cumprimento defeituoso do contrato, em vinte por cento do custo cujo valor não tinham pago porque tinham que responsabilizar uma vez que ali estavam para pagar tempestivamente as faturas, contudo, quando os serviços corriam mal, obviamente que a empresa teria que ser penalizada, sendo o que efetivamente tinha acontecido. \_

---Tinha-se realizado o XXXIV Festival de Charolas "*Cidade de Tavira*" em janeiro e o Concerto de Ano Novo e Reis na Igreja do Carmo. \_\_\_\_\_

---Referiu mais um conjunto de iniciativas, a II Noite de Fado, a Cãominhada de Natal, uma Ação de Voluntariado Ambiental e ainda um conjunto de outros eventos que também tinham acontecido. \_\_\_\_\_

---Chamou à atenção para a fotografia da inauguração, apresentação, da nova Unidade de Saúde Móvel. Explicou que dez câmaras municipais se tinham juntado para comprar unidades de saúde móvel na égide da AMAL e da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (ARS), sendo que a de Tavira tinha sido apresentada no Mercado Municipal para o que tinham contado com a presença do Presidente da ARS, cujo veículo vinha substituir os existentes que estavam muito velhos. No âmbito daquela carrinha, a ARS facultava o médico e o enfermeiro e a Câmara Municipal a manutenção, gasóleo e motorista. \_\_\_\_\_

----Tinha-se realizado a 1.<sup>a</sup> Feira de Noivos de Tavira que considerava muito interessante e que tinha tido um belo resultado e a inauguração da Central de Comunicações dos Bombeiros Municipais de Tavira que apesar de não terem um novo quartel, no que estavam a trabalhar para que pudesse ser uma realidade, tinham aproveitado toda a verba disponível para apetrechar com grande substância os Bombeiros Municipais de Tavira, com equipamentos novos que iriam substituir alguns que já tinham mais de quinze anos como era o caso do Capacete EPI de incêndios urbanos, que tinha sido substituído. Tinham investido cerca de noventa mil euros, cerca de vinte e dois mil na central telefónica, central de coordenação, e cerca de sessenta mil euros em equipamento, sendo aquele o investimento que tinham estado a fazer. Aproveitava para dizer que relativamente às carreiras dos bombeiros municipais, tinham entrado nove bombeiros que no ano transato que estavam em formação, estava aberto concurso para a integração de mais dez bombeiros, no corrente ano, para o que esperava que houvesse candidatos, e mais dois telefonistas. Tinha a expectativa que as carreiras melhorassem porque não era atrativo um Bombeiro Municipal auferir o salário mínimo para a Função Pública, ter que ter vinte e cinco anos ou menos, e ganhar no início da carreira, quinhentos e oitenta euros que, presentemente, eram seiscentos e trinta e cinco euros. Tal não era atrativo para ninguém pelo que como municipal esperavam que melhorasse. \_\_\_\_\_

----Passando às intervenções em curso informou que a ponte sobre o Rio Gilão na ligação do Largo da Caracolinha à Rua o Cais já tinha sido adjudicada e aprovada a minuta de contrato, pelo que se encontravam presentemente a seguir termos para a sua assinatura, cujo procedimento seguiria para Tribunal de Contas, que veriam quando estaria terminado, altura em que avaliariam quando consignariam a empreitada porque se tal acontecesse perto de verão teriam que avaliar se valeria a pena iniciar a intervenção antes ou depois porque se tratava de uma empreitada que no início iria ter muito impacto uma vez que iria decorrer em cima da ponte atual que iria sendo desmontada e montada a nova no seu lugar. Não pretendiam que a dinâmica do verão fosse prejudicada, o que já tinham conversado com o empreiteiro que tinha ganho a intervenção, a Tecnovia - Sociedade de Empreitadas SA. \_\_\_\_\_

----Quanto à intervenção nas Piscinas Municipais, esta teria um custo de cerca de um milhão e quinhentos mil euros, pois não deveriam apenas de fazer obra nova, o que as pessoas tinham a ideia de que era o que era bom, deixando degradar até ao limite o existente, demolindo e recuperando posteriormente. Ele considerava que obra nova era também a existente ajustando as condições aos tempos atuais, com tecnologia e adaptando os espaços. Nas Piscinas Municipais o que iriam fazer era praticamente uma piscina nova, com um custo de cerca de um milhão e quinhentos mil euros, para o que o concurso já se encontrava aberto. Estava contemplado um acerto nos tanques, todo o sistema de

doseamento de cloro e qualidade da água informatizado, todo o sistema de ar, os sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), todo o sistema de purificação da água e, obviamente, o edifício seria pintado na cor do Pavilhão Municipal que considerava ter ficado muito bem, porque presentemente aquele edifício era amarelo. \_\_\_\_\_

---No Mercado Municipal estavam a executar um conjunto de intervenções, contudo do que necessitavam era mesmo de uma grande intervenção, todavia até lá, iram proceder à cobertura da parte sul dos expositores para fora e todas as vertentes das lojas, telhados e tetos que davam para o mercado estavam a ser impermeabilizadas porque também já tinham muitos anos e deixavam passar água. Tratava-se de uma intervenção com um custo de cerca de duzentos mil euros. \_\_\_\_\_

---Estava também para ser lançado o concurso para um espaço de autocaravanas em Cachopo. Tratava-se de um projeto que estava concluído, cujo concurso seria lançado após a revisão orçamental. O projeto estava candidatado para receber verbas comunitárias pela AMAL, cuja localização seria o campo de futebol de Cachopo. \_\_\_\_\_

---Estavam em fase de concretização de várias empreitadas de reabilitação de estradas e outras se seguiriam, das quais seguramente seria dada devida conta na Assembleia Municipal seguinte. \_\_\_\_\_

---Quanto ao Cineteatro António Pinheiro o procedimento de contratação estava concluído estando a obra a decorrer no prazo, contudo iriam apresentar proposta para o seu prolongamento em cinquenta e sete dias que diziam respeito à compensação pelo atraso no seu início por causas seguramente imputáveis ao Município uma vez que tinham tido que desalojar três entidades que estavam ali a funcionar e cujos pertences não tinham conseguido que fossem retirados a tempo, o que tinham solicitado sem tomar medidas mais drásticas, e levado a um atraso de cinquenta e sete dias no início da intervenção, cujo prolongamento o empreiteiro lhes tinha pedido e tinham aceitado por considerarem justo. Presentemente a intervenção estava a decorrer, onde estava localizada uma grua enorme, estando de momento a ser colocadas as micro estacas dentro do terreno. Tratava-se da reabilitação de um edifício que tinha uma grande dose de betão enterrado porque era uma zona lodosa, uma cota freática muito baixa, pelo que tinham que estabilizá-lo pois não estavam a construir uma casa de bonecas mas sim um cineteatro que comportaria todos os espetáculos que se realizavam em Portugal, num investimento de cerca de cinco milhões de euros. Podiam questionar tudo mas o que estavam a tentar fazer era preservar o edifício, do qual também não gostava, mas apenas preservando o existente é que poderiam, numa reabilitação, obter participação comunitária de sessenta por cento do valor da empreitada, o que significava que tinham obtido um financiamento de cerca de dois milhões e oitocentos e trinta mil euros do programa operacional CRESC Algarve2020, Portugal2020. A intervenção estava a decorrer, estando numa fase que pouco se via porque iriam começar a betonar o chão para

*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*

estabilização do edifício e a partir daí criar a célula que seria a caixa de palco, que era o elemento visível, e posteriormente fechar o edifício cujo prazo de execução seria até dezembro do ano seguinte. De acordo com a informação técnica a execução estava a decorrer em cronograma acertado. \_\_\_\_\_

---Relativamente à fotografia ao lado referia-se a uma intervenção que estava presentemente a ter grande impacto porque todos se lamentavam que existiam muitas intervenções na baixa da cidade. Quando não existiam, queixavam-se que não existiam, todavia agora que existiam, queixam-se também. A Rua dos Pelames encontrava-se encerrada porque estavam a recuperar, ou dar dignidade ao que um ex-deputado daquela Assembleia Municipal se referia com muita piada, dizendo que parecia um elemento da Síria, pois existiam ali dois elementos que pareciam algo vindo diretamente dali. Referia-se aos edifícios das águas que estavam a ser recuperados, com dignidade, reforçando a traça histórica, cuja intervenção seria breve, estava prevista para dois meses, que posteriormente contemplaria também a reabilitação do Museu da Água que muito dizia da história e onde estava prevista a colocação de novos painéis recontando a história da água. \_\_\_\_\_

---No que se referia ao polidesportivo da Bela Fria tinham-no aproveitado para tentarem responder a uma necessidade. Tavira tinha muitos atletas de futebol de escolinhas que necessitavam de campo. Os velhos polidesportivos já não tinham a função de há alguns anos onde os rapazes do seu tempo iam jogar à bola dentro de um ringue, o que já não acontecia no presente. Assim, tinham feito a experiência na Bela Fria onde tinham colocado relva sintética dentro do campo. A intervenção estava a terminar e considerava que iria ficar bem tanto para os atletas como para a Bela Fria que iria receber uma lufada de crianças e jovens para praticar desporto dentro de um bairro histórico de Tavira que considerava que necessitava de animação, das crianças a evoluir no futebol o que seria bom para o Bairro e para todos. \_

---Quanto às instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que se localizavam na zona da baixa junto ao antigo local da Lota e que se tratava de uma loja, de modo poderem desenvolver da melhor forma o bom trabalho da CPCJ, necessitavam de ter divisórias para que as famílias tivessem alguma descrição para tratarem dos assuntos, o que não estava salvaguardado e os técnicos queixavam-se, pelo que presentemente estavam a colocar ali umas divisórias. \_\_\_\_\_

---Referindo-se à Escola da Conceição a empreitada estava terminada apenas faltando a Energias de Portugal (EDP) colocar no seu devido lugar uns cabos que estavam pendurados, bem como os cabos dos telefones. Tratava-se de uma escola praticamente nova. \_\_\_\_\_

---Presentemente a empreitada dos parques infantis já tinha sido retomada, estando ultrapassados os problemas a que o empreiteiro não conseguia responder, já estando a ser colocados os equipamentos pelo que pensava que até à Páscoa os nove parques infantis estariam concluídos. \_\_\_\_\_

---O custo da requalificação da Escola de Santo Estevão era de seiscentos e trinta mil euros adjudicados à Consdep - Engenharia e Construção, S.A. cuja empresa estava com dificuldades que, presentemente, já tendo sido resolvida a questão administrativa e um adiamento que a Câmara Municipal tinha efetuado no valor de cento e trinta mil euros nos termos do contrato da empreitada, a intervenção estava a correr a bom ritmo estando o empreiteiro a recuperar o atraso pelo que, em princípio, estaria concluída no prazo. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao Edifício do Compromisso Marítimo tinha a palavra do empreiteiro de que os tapumes ali colocados seriam retirados no mês de maio seguinte, pelo que deixava aquele registo. Tal tinha sido partilhado com ele numa conversa telefónica com o empreiteiro a quem tinha expressado que este deveria de ser quem mais tempo tinha os tapumes embora fosse verdadeiro o facto de o edifício conter três empreitadas, mas esperava que os tapumes fossem retirados no mês de maio porque presentemente já estavam a trabalhar bem. \_\_\_\_\_

---A reabilitação do edifício do Mercado da Ribeira, casas de banho e pintura, estava concluída. \_\_\_\_\_

---Continuavam a instalar um conjunto de equipamentos nas cozinhas dos edifícios de habitação social.

---Quanto à programação do "Viva a Primavera" continha os programas remetidos pelas várias associações, sendo que alguns dos quais já sabiam que tinham sido aprovados, comunicado por telefone de modo a começarem a programar as suas atividades. Estava ali presente o responsável pela Associação José Afonso que iria ser contemplada com o seu projeto. \_\_\_\_\_

---Apesar de não o terem questionado no período antes da ordem do dia sobre aquele assunto, pretendia informar algo sobre o qual considerava importante os deputados municipais tomarem conhecimento. Referia-se à intervenção na zona ribeirinha que tinha três componentes, a dragagem que estava concluída, os passadiços que seriam encostados ao cais flutuante junto à muralha para as marítimo-turísticas, barcos de pesca, porto de pesca, cais de embarque, barco para a praia ao longo do rio, pelo que tinham definido que o porto de pesca seria naquele local para não perderem o pitoresco dos barcos de pesca na cidade de Tavira, e a terceira componente que era a reabilitação da Lota. Tinha dito e mantinha, que era verdadeiro, que a zona onde estava instalada a Lota, atrás do Mercado da Ribeira, era uma zona extraída da gestão do Município de Tavira porque se tratava de uma zona portuária na qual a Docapesca podia proceder à reabilitação do edifício sem autorização da Câmara Municipal, o que tinha acontecido, sendo uma intervenção da Docapesca. \_\_\_\_\_

---O que tinha acontecido tinha sido que no decurso da intervenção ao chegarem à parte debaixo, o empreiteiro tinha considerado que o assentamento não suportava o edifício que tinha que construir. Assim, a Docapesca, e bem, tinha mandado realizar sondagens ao terreno sendo que por essa altura tinham dito à Docapesca que naquele momento não tendo ali o edifício, seria bom que não fosse ali

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

construído nenhum porque a zona estava muito bem assim. Tinha calhado a sorte, porque naquelas coisas era preciso ter arte, engenho e alguma inteligência emocional para aguentar, que o resultado da sondagem era no sentido da necessidade de injetar betão uma solução parecida à adotar para o cineteatro que teria um custo exorbitante, mais cerca de cento e cinquenta mil euros a suportar pela Docapesca. Tinha sido naquela altura que tinham sugerido à Docapesca, uma vez que a intervenção já não seria o que estava aprovado, que fosse realocizada para a zona das Quatro Águas. Tinham estado em Tavira o Secretário de Estado, a Presidente da Docapesca e várias outras pessoas importantes como a Gestora do Mar2020 que, verdadeiramente, era com quem a Docapesca tinha contratualizado um milhão e duzentos mil euros que já teria que devolver os quatrocentos mil euros referentes às dragagens caso a intervenção da Lota não se concretizasse, e começado a analisar as plataformas salvaguardando a questão para que ninguém tivesse que devolver qualquer verba e as intervenções fossem concretizadas em Tavira. Presentemente existia um pedido de reprogramação da candidatura apresentado pela Docapesca, sendo que a Câmara Municipal estava a aguardar que a Docapesca os notificasse a informar se a mesma tinha sido aprovada, sendo que a Câmara Municipal poderia emitir um interesse municipal naquela deslocalização, reposicionamento na zona das Quatro Águas, de modo a não perderem o financiamento. \_\_\_\_\_

----Estavam a aguardar e, ele próprio, em nome do Município já tinha dito à Docapesca que não necessitavam de efetuar qualquer investimento no local atual porque a Câmara Municipal taparia o buraco, colocaria ali o piso e retiraria as bilhas de gás para um outro local cuja localização já estava definida, de modo a ficarem com um passadiço consonante com a elegância do Mercado da Ribeira. \_\_\_\_

----Naquele sentido pedia que os Deputados Municipais fossem mais pacientes pois ele também não gostava de ver ali os tapumes mas tinham que ser rigorosos porque caso contrário alguém teria despesas, não pretendendo que a Docapesca tivesse que devolver quatrocentos mil euros da dragagem que já estava concluída e pretendendo ter os passadiços que correspondiam à segunda componente da candidatura, não querendo portanto que esta chumbasse por um motivo qualquer mas que a verba fosse investida com a permissão do Mar2020 para o reposicionamento da Lota numa localização que tinham indicado. \_\_\_\_\_

----Teriam pois que aguardar pelo resultado mas pensavam que o bom senso iria imperar, sendo que o que precisavam era da formalização dos documentos, assinaturas, documentos escritos, e um bocadinho de tempo cujo processo acelerariam posteriormente mas considerava que todos ficariam melhor assim. \_\_\_\_\_

----Aquela era a realidade dos factos e também pretendia dizer que ali não iria ser colocada uma árvore, um café, um círculo, um cubo, um centro de exposições, um restaurante ou qualquer outra coisa pois o

que iria ficar ali quando a Docapesca deixasse o espaço, seria simplesmente passeio. Referia-o pois já existam muitas cogitações, muita coisa escrita, umas parvoíces associadas e sobretudo muita maledicência intelectual sendo que ele como político do concelho pensava ser necessário retirar aquela componente que nada tinha a ver com o assunto. \_\_\_\_\_

----Daquele modo ficariam a par de tudo que esperavam alterar. Também não gostava de ver ali o tapume como pensava que ninguém gostava, que seria retirado, mas presentemente era necessário porque a empreitada estava suspensa. Esperava que durante o mês de março o assunto ficasse resolvido para depois a Câmara Municipal tomar conta do espaço, reposicionando-o, fazendo o piso e recolocando as coisas em seu devido tempo. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que aquela era a informação que queria dar porque considerava que era importante no contexto das intervenções que estavam a decorrer, cuja empreitada não era da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a informação. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal José Graça** disse que principalmente gostava de saudar a última parte da intervenção do Presidente da Câmara Municipal tinha sido no sentido de uma política que tinha vindo a ser desenvolvida ao longo dos últimos anos em que progressivamente tinham vindo a devolver as margens do rio aos tavirenses que beneficiavam claramente com a sua requalificação. Contudo pretendia colocar uma questão relativa a um assunto que o Presidente da Câmara Municipal tinha abordado no início da sua intervenção e que estava relacionada com o investimento conjunto promovido pelos municípios do Algarve relativamente à aquisição das dez unidades de saúde móveis num processo conjunto com a AMAL e a ARS e patrocinado por fundos da União Europeia. Pensava que o Presidente da Câmara Municipal não tinha pretendido desenvolver muito o assunto, mas ele pretendia questionar quanto à divisão das responsabilidades entre a ARS e os municípios. No caso concreto do Município de Tavira pretendia saber quais eram as responsabilidades do Município e quais as responsabilidades da ARS, nomeadamente em matéria de recursos humanos. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as responsabilidades da ARS ao nível de recursos humanos eram a colocação de um médico e de um enfermeiro porque se partia do princípio que a equipa que iria trabalhar na carrinha era composta por um médico e um enfermeiro que, estando a carrinha ligada por via informática ao Centro de Saúde, realizariam ali consultas ligadas diretamente ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) para emissão de receitas e outras, e a Câmara Municipal tinha a responsabilidade da manutenção e motorista à semelhança do que já acontecia nos termos do protocolo. A carrinha tinha uma programação para circular pelo concelho de Tavira, com locais definidos e cuja programação era efetuada pelo Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento (ACES), diretor e

equipa, do que a Câmara Municipal tinha conhecimento mas que em matéria médica não se pronunciavam fazendo-o na parte logística operacional. Assim, limpariam, abasteceriam, manteriam, conduziriam em nome da população e em conformidade com o protocolo que tinham celebrado. \_\_\_\_\_

---A carrinha tinha tido um custo de cerca de setenta e cinco mil euros sendo que, inicialmente, teria uma comparticipação de oitenta e cinco por cento dos fundos comunitários que posteriormente tinham passado a oitenta por cento cabendo à Câmara Municipal os restantes vinte por cento, sendo certo que a Câmara Municipal já a tinha liquidado na sua totalidade aguardando o recebimento dos oitenta por cento que eram financiados. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que a primeira observação que pretendia fazer se devia ao facto de terem solicitado no dia vinte e três de abril do ano transato, uma reunião à TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M. relativa à qual não tinham obtido qualquer resposta. Em julho do mesmo ano tinham-se dirigido à TaviraVerde que lhes tinha remetido um correio eletrónico a questionar o motivo da reunião ao qual tinham informado que se tratavam de questões do ambiente, nomeadamente água e águas residuais, sendo que até à presente data não tinham obtido qualquer resposta para uma situação que já se arrastava desde abril do ano anterior. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara Municipal tinha ali falado nos espaços desportivos da Bela Fria e outros. Ele vinha a acompanhar com preocupação a atividade desportiva de atletismo em Santa Luzia e tendo visitado as instalações do polidesportivo, tinha remetido um correio eletrónico sobre o assunto pois pensava que a questão, não apenas para Santa Luzia, poderia ser resolvida com uma pequena estrutura de tartan, não de quatrocentos mas duzentos metros, contendo no meio um campo de futebol sete. Acompanhava o clube a todos os concelhos do Algarve e concluía que aqueles atletas não tinham meios para treinar pois treinavam em terra batida ou corredores de pedras não dispoendo de uma pista de atletismo em tartan. \_\_\_\_\_

----No dia seguinte iriam para Braga para participarem nos Campeonatos Nacionais onde os mesmos se iriam realizar em pista coberta. Agradecia o apoio que a Câmara Municipal estava a dar mas insistia na necessidade de terem uma pista, coberta ou ao ar livre, porque não existia. Sabia que o complexo desportivo devia de ter uma pista de quatrocentos metros mas em Santa Luzia bastava metade. Tinha estado a ver o complexo desportivo de Santa Luzia e verificado que existiam terrenos pertencentes à Câmara Municipal, sendo que até os particulares estavam disponíveis para cederem os seus, pelo que fazia aquela chamada de atenção. \_\_\_\_\_

----Relativamente a uma pergunta que tinha sido colocada ao Governo sobre a Barra de Tavira, o Ministério do Mar tinha respondido dizendo que o assoreamento do porto de Santa Luzia estaria concluído no primeiro trimestre do corrente ano, sendo que posteriormente seria elaborado um estudo

*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*

quanto às questões físico-químicas dos sedimentos das dragagens para a Barra de Tavira, pelo que não havia ainda data prevista para as dragagens da Barra de Tavira. \_\_\_\_\_

---Também estavam preocupados com os passadiços, outras estruturas para embelezar o rio, para barcos de recreio, e o facto do setor da pesca há dezasseis anos vir a cair com cinquenta e seis por cento de pescadores a menos no Algarve, existindo embarcações paradas por falta de tripulação. Pensava que era uma situação que os devia de preocupar, que preocupava as associações de pescadores, as tripulações e os donos de barcos que os tinham que abater por não existirem pessoas para trabalhar. \_\_\_\_

---Questionou para quando teriam o porto de pesca de Tavira e melhores condições para que a pesca artesanal, elemento essencial à Dieta Mediterrânica, não acabasse. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Câmara Municipal** disse que percebia que na perspetiva do BE o Executivo Municipal teria uma varinha de condão em que tudo era possível, porque verificar as realidades e dizer que estava mal, que era preciso fazer, era fácilimo. O BE tinha vinte anos de história estando no Município de Tavira os mesmos anos e parecia que presentemente tinham descoberto tudo, ele estava no Executivo Municipal há nove anos sendo que tinham havido mais onze anos em que os acompanhava e nem sempre tinham tido aquela acutilância da emergência. \_\_\_\_\_

---O Executivo Municipal necessitava de programar um conjunto de infraestruturas que estavam a executar, e tinham alguns problemas sérios pois como sabiam o Ginásio Clube de Tavira, no âmbito de um protocolo estabelecido, tinham interposto uma ação em Tribunal em que pedia dois milhões e quinhentos mil euros de indemnização, cujo campo era ótimo e para onde tinham projetos mas que de momento teriam que verificar o que aconteceria. \_\_\_\_\_

---Estavam a programar um novo campo desportivo e não pensava que tivessem que construir uma pista de atletismo em cada freguesia sendo que o que tinham que programar era a construção das infraestruturas com base no melhor denominador comum porque se tratava do concelho de Tavira. \_\_\_\_

---Tinha registado a proposta do Deputado Municipal Artur Sanina que lhe tinha mandado um desenho de um pequeno campo com uma pista à volta mas considerava que tal seria um paliativo em que iriam gastar duzentos ou trezentos mil euros. Referiu que seguramente era melhor ter uma infraestrutura daquelas do que não ter nada mas não estariam a programar o que quer que fosse. O que pretendiam era deixar as questões devidamente programadas para que os investimentos pudessem acontecer, que embora havendo razão no referido pelo Deputado Municipal Artur Sanina, também havia razão por parte do Executivo Municipal ao dizer que estavam a programar e que as questões levavam o seu tempo para resolver. Não colocavam nada de lado sendo que a preocupação era deles, porém o caminho era algo mais comprido porque muitos dos investimentos que tinham até requeriam alterações ao Plano

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Diretor Municipal (PDM) uma vez que a zona urbana de Tavira era pequena não tendo espaço disponível para o que necessitavam de fazer. \_\_\_\_\_

----Estavam a trabalhar numa alteração ao PDM para incluir determinadas infraestruturas, nomeadamente o quartel dos Bombeiros Municipais de Tavira porque a sua localização junto das vias de comunicação EN125 e EN270 era fundamental, não existindo mais nenhuma à volta da cidade de Tavira. Assim necessitavam de elaborar uma revisão ao plano para incorporar e colocar as questões em ordem, que era o que estavam a tratar. \_\_\_\_\_

----Na componente desportiva estavam a trabalhar para resolverem algumas questões o mais rapidamente possível de modo a darem condições, naquele caso concreto, ao atletismo, sendo que até tinham sido distinguidas como a equipa do ano pois reconheciam o trabalho que era realizado. Havia razão no que tinha sido dito, que tinha tomado a devida nota, mas estavam a trabalhar para tentarem dar condições e respostas o mais rapidamente possível, e acreditava, que elas aconteceriam. \_\_\_\_\_

----Relativamente à Barra de Tavira, seguramente que o Deputado Municipal Artur Sanina sabia que a verba estava inscrita em Orçamento de Estado uma vez que esta tinha voltado a assorear depois de uma dragagem que já tinha sido efetuada mas que devido ao furacão Félix, no ano transato, existia uma praia dentro da Barra de Tavira. Estavam inscritos quatrocentos mil euros no Orçamento de Estado para dragar e limpar a Barra de Tavira, sendo que lhe diziam que a intervenção aconteceria no segundo semestre pelo que acreditava que seria depois do verão porque ainda tinha que ser efetuada a análise dos sedimentos, o que era perfeitamente normal, mas que ele pensava ser areia. Tinha falado com o Secretário do Estado que estava a dar celeridade ao processo porque era perigoso para a navegação. \_\_\_\_\_

----Pensava que também era relevante e ele, como todos sabiam, era oriundo de uma família da comunidade piscatória, o que não lhe dava qualquer autoridade para falar daquelas matérias, mas pensava que os pescadores e as comunidades iam-se perdendo em resultado de muitos fatores e não apenas por uma forma simplista de dizer que não haviam condições. Muitas vezes era resultado da atratividade em relação ao que os jovens pretendiam fazer, da rentabilidade e do que o BE não falava, da discrepância entre quem apanhava e quem vendia, dos ganhos de cada um deles, da forma como a Docapesca vendia e como o peixe era vendido, quem ganhava o dinheiro naquele negócio e quem tinha condições. Não se recordava de terem falado sobre o sistema de vendagem, sendo que presentemente estavam a tentar criar condições de atracagem nos três portos do concelho, Tavira, Santa Luzia e Cabanas, de modo a poderem colocar os barcos de pesca, que eram menos. Como sabiam toda a área de Vila Real de Santo António estava muito dedicada a crustáceos e ficando Olhão do outro lado, Tavira tinha que fazer lota para muitos barcos da Fuzeta e Monte Gordo que acabavam por ficar em Tavira, o que queria dizer que existia um potencial para que com uma nova Docapesca pudesse haver maior

atratividade para a comunidade piscatória, sendo certo que o porto de pesca de Tavira estava, até nova indicação ou necessidade, previsto para as margens do rio Gilão \_\_\_\_\_

---Estavam a trabalhar num projeto do antigo porto de pesca para Tavira que tinha sido chumbado pelo anterior Governo do modo que todos sabiam e que não iria repetir pois de nada valia, para tentarem fazer um lago no terreno junto ao Mercado Municipal que presentemente servia como parque de estacionamento, onde ficaria localizado um porto de recreio. Era para tal que se estavam a direcionar, sendo que o porto de recreio poderia ou não ter alguns barcos de pesca no seu interior. Aquela era a ideia que esperavam apresentar à comunidade como instrumento de trabalho sobre o que haveriam muitas opiniões, porque como deviam de calcular existia a questão da rentabilidade daqueles investimentos, e a necessidade de finalizar a questão dos barcos de pesca em Tavira, que era absolutamente vital para a navegabilidade do Gilão porque se não tivessem navegabilidade obrigatória quer na pesca quer no transporte para a Ilha de Tavira ninguém iria dragar o rio e que a Câmara Municipal não dispunha de verbas para tal tornando-se este inavegável e passando apenas a servir para navegarem barcos até cinco metros ficando os restantes nas Quatro Águas. Aquela situação era o que, enquanto comunidade, tinham que combater e não olhar apenas quando não tinham condições, mas antes, definir o que pretendiam para a cidade dando condições aos pescadores. \_\_\_\_\_

---Aquela era a sua opinião o que não queria dizer que dentro de dez anos as necessidades não pudessem ser devido ao crescimento da comunidade, a existirem mais pescados, mais barcos a fazerem porto em Tavira, a Docapesca ter crescido. Estava a referir-se ao presente porque tinham sempre que ter o conteúdo da exigência e exigir em função das responsabilidades. A Docapesca era uma empresa e como tal tinha que ter um produto rentável, que vendia peixe, sendo que os pescadores ganhariam rendimentos daquela venda e, tendo rendimentos seguramente o investimento aparecia e a cidade seria maior. \_\_\_\_\_

---Disse que há mais de dez anos que se falava nas portas do porto de Santa Luzia e Cabanas, presentemente estavam montadas. \_\_\_\_\_

---Há mais de dez anos que se falava num conjunto de dragagens junto dos portinhos, atualmente estavam concluídas. \_\_\_\_\_

---Desconhecia se todas aquelas intervenções que estavam concluídas tinham-no sido pelo BE, mas ele tinha ideia de ter conversado sobre as questões pelo que poderiam dizer que tinha sido um esforço conjunto, para que o Deputado Municipal Artur Sanina não pensasse que porque contactava com os pescadores as situações eram resolvidas pelo BE. Considerava que cada um devia de fazer o seu trabalho e no conjunto todos agradeceriam porque os pescadores ficariam mais felizes, reconheciam o

*Deu  
Res.*

BE, reconheciam o Executivo Municipal e seguramente reconheciam quem trabalhava para os defender intransigentemente. \_\_\_\_\_

----O BE tinha uma bancada parlamentar no Parlamento tal como a CDU, o PS e o PSD pelo que se fizessem chegar as preocupações a quem de direito, as coisas iam acontecendo, o que, nem sempre tinha sido assim porque falava-se muito mas quando transitavam para outros locais, ficavam calados em função de outras coisas quaisquer, pelo que, se tivessem agido de outra forma, mais vezes, muito estaria resolvido. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** questionou o Executivo Municipal sobre qual seria o espaço que localizariam a Lota caso acontecesse aquela situação de transferência da Lota. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que o espaço que estavam a analisar era uma ponta do areeiro, depois do parque de estacionamento do Restaurante Doca que era propriedade da Câmara Municipal. Era aquele o espaço que estavam a trabalhar que tinha acesso à frente de mar onde seria colocada uma plataforma de descarga que seria a que estava prevista colocar no porto mais acima. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Pedro Soares** disse que a CDU valorizava e reconhecia as intervenções que estavam a ser executadas sendo óbvio que todas as obras quer na cidade de Tavira quer em outras, provocavam divergências, incomodando sempre alguém, mas tinham que ser executadas. \_\_\_\_\_

----la colocar a mesma questão que já tinha sido colocada há momentos, mas assim sendo aproveitava para questionar se por acaso teriam pensado em colocar a Lota junto aos viveiros do Tomé, cuja proposta pensava já ter sido apresentada pelos anteriores deputados da CDU pois a sua colocação naquele local reduziria os gastos de combustível para todos os pescadores, de Santa Luzia, Cabanas ou Tavira, uma vez que ficaria mais central. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tal não tinha sido equacionado. O local em que estavam a pensar era na curvatura, no enfiamento da Doca, no areeiro, em frente ao hotel Albacora que provavelmente ficaria mais ou menos à mesma distância do local que tinha sido referido até porque ao lado dos viveiros existia muita coisa enterrada, obviamente ostras, e a situação da pessoa que estava autorizada, sendo que mais ao lado era já uma zona especial do parque. \_\_\_\_\_

----O que tinha sido equacionado tinha sido uma zona já fixa com um plano de água, com um paredão, estando tudo consolidado pelo que não carecia de obra, sendo por tal, que obviamente tinham considerado que deveria de ficar ali. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Carlos Marcelino** disse que pretendia fazer duas perguntas. \_\_\_\_\_

----Alguns momentos antes o Presidente da Câmara Municipal tinha falado em alguma maledicência, o que pensava que lhe fosse dirigido, mas estava tranquilo sobre aquela matéria pois já tinha percebido que o Presidente da Câmara Municipal não se acertava muito bem com as redes sociais. \_\_\_\_\_

---Pretendia questionar como estava a situação dos ex-funcionários do cinema que tinham sido demitidos e que, segundo os próprios, o Presidente da Câmara Municipal há uns seis ou sete anos, lhes teria dito que lhes daria a compensação devida, sendo que até à presente data não tinham tido qualquer resposta. \_\_\_\_\_

---Queria também questionar quanto à situação da empreitada do Edifício do Compromisso Marítimo uma vez que já tinham terminado os dois prazos e os comerciantes ao lado ainda desconheciam qual seria a solução uma vez que a intervenção estava parada. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Câmara Municipal** referindo-se aos ex-funcionários do cinema, disse que realmente eram ex-funcionários do Cineclube de Tavira pelo que seriam uma responsabilidade eventual do Cineclube nada tendo a ver com a Câmara Municipal visto nunca terem sido funcionários da Câmara Municipal não existindo qualquer relação. Quando tinham podido ser funcionários, por altura da aquisição do Cineteatro por parte da Câmara Municipal, não tinham sido integrados, sendo pois o que tinha a referir sobre aquela matéria. Reiterou que os problemas dos ex-funcionários do Cineclube tinham que ser resolvidos, se houvesse algo a resolver, no quadro do Cineclube, nada tendo a ver com a Câmara Municipal. O que tinha dito ou deixado de dizer era história ou histórico, sendo aquela a responsabilidade e nada tendo a ver com a Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Quanto à segunda questão, já tinha respondido. Estava previsto que o tapume fosse retirado no mês de maio e pensava que existiam condições para que a intervenção terminasse até ao verão, pelo menos aquele era o seu desejo, e se vingasse a vontade do Executivo Municipal ou uma vontade inicial, o edifício seria destinado à Junta de Freguesia de Tavira. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número dois sobre a **apreciação da relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta nº 187/2017/CM.** \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara Municipal disse que era para dar conhecimento da relação de compromissos que tinham assumido em função da autorização que tinha sido dada para assumirem compromissos plurianuais, tendo assumido trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três euros e sessenta e oito cêntimos ao longo dos anos 2019 e 2020. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número três sobre a **apreciação das Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso, reforçando que também se tratava de uma apreciação.** \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara Municipal disse que naquela declaração constava o que seriam os encargos para anos futuros que a Câmara Municipal tinha assumido, verificando-se que até ao ano de 2022, data constante no documento, o quadro de compromissos plurianuais baixava substancialmente.

*Handwritten signature and initials.*

Presentemente, para 2019 tinham dez milhões, seiscentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e dois cêntimos transitados, para 2020 apenas tinham seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e sete euros e setenta e dois cêntimos, sendo que em 2022 teriam oitocentos e seis mil, oitocentos e sessenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos, o que significava que a Câmara Municipal tinha tido a capacidade de executar um conjunto de intervenções, tendo presentemente algumas grandes em curso, mas obviamente ainda existia um quadro muito interessante de sustentabilidade dos compromissos plurianuais. Nos termos da Lei apresentavam também a relação nominal de quem devia à Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

----Como os deputados municipais sabiam, tinham um processo de dívida de muitas pessoas, cujo valor total em dívida das pessoas que tinham, ou tinham tido, relações contratuais de vária índole com a Câmara Municipal, concessionários ou inquilinos, tinham uma dívida total transitada em 2018 no valor de quinhentos e vinte e três mil e onze euros que, obviamente, tentavam cobrar, efetuavam planos de pagamento, davam facilidades. Aquele valor tinha-se mantido mais ou menos estável, não tendo aumentado, mas também considerava importante referir que ao nível de cumprimento de rendas na habitação municipal estavam com noventa e oito por cento e por incrível que pudesse parecer eram aqueles que pagavam rendas mais baixas os que maiores dívidas tinham. \_\_\_\_\_

----**O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 13/2019/CM, referente ao Plano de Liquidação da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (em liquidação) – Revisão.** \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara Municipal disse que a questão era muito simples. A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. (Polis) da qual a Câmara Municipal era acionista estava para terminar no ano de 2019 mas, como todos sabiam, estava presentemente a ser executado um novo cais na Ilha de Tavira tendo o anterior sido demolido, e existiam duas intervenções que tinham ficado por executar. \_\_\_\_\_

----No final da Polis as câmaras municipais tinham-se confrontado com uma determinada realidade em que sobravam cerca de cinco milhões euros do Plano Estratégico pelo que tinham duas opções, ou executavam aquela verba ou devolviam-na ao Tesouro. As quatro câmaras municipais, os seus respetivos presidentes, ele próprio, os presidentes Vitor Aleixo, Rogério Bacalhau e António Pina, tinham decidido que não iriam devolver aquela verba uma vez que tinham intervenções para fazer, porque, como os deputados municipais sabiam, o plano tinha sido parcialmente concluído. Assim, tinham decidido distribuir aquela verba e as câmaras municipais adiantarem algum dinheiro. À Câmara Municipal de Tavira coube a intervenção do cais da Ilha de Tavira para o que já tinham liquidado

seiscentos e vinte e cinco mil euros de uma intervenção que teria um custo de dois milhões e quinhentos mil euros e que estava a decorrer. \_\_\_\_\_

----As duas intervenções importantes que faltavam realizar eram a ponte para a Ilha de Faro cujo concurso tinha ficado deserto e Faro que já tinha alocado a verba, tinha tido que aumentar o valor do concurso desembolsando ainda mais cerca de um milhão de euros, e a intervenção do Ancão que era a ligação entre Quarteira e Vilamoura no valor de quatro milhões de euros mas que apenas oitocentos mil euros eram da verba não executada da Polis sendo que o restante tinha sido a Câmara Municipal de Loulé a liquidar. \_\_\_\_\_

----O que tinham feito tinha sido conversar com o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia no sentido de informar que era inimaginável devolverem aquela verba por a Polis terminar no ano de 2019, pelo que o acionista Estado, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e Ministério das Finanças tinham concedido mais um ano, o que considerava ser muito bom. \_\_\_\_\_

----Assim o que estava em causa era aquela prorrogação por mais um ano, 2020, que na sua opinião que ficava registada em ata, a Polis não devia de terminar porque considerava que aquelas sociedades eram um ótimo instrumento para a elaboração de candidaturas e para procederem a uma grande requalificação nas ilhas barreira, que bem necessitavam, sendo que de outro modo ficaria cada um por si tendo que gerir o intermunicipalismo para os fundos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) como pudesse, o que lamentava, mas sendo a extinção das sociedades Polis uma decisão do Governo, o que era um facto, não haviam argumentos. \_\_\_\_\_

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 13/2019/CM, referente ao Plano de Liquidação da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (em liquidação) – Revisão a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Silvino Oliveira, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Pedro Soares.** \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 33/2019/CM, referente à alteração ao Plano Diretor Municipal de Tavira e à delimitação da Reserva Ecológica Nacional concelhia decorrente do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas. \_\_\_\_\_

*João  
Rodrigues*

---O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que se tratava de um processo que não era novo, que já ali tinha sido apresentado e votado, e que, na prática, era a regularização de uma atividade económica pecuária que existia na zona da Conceição de Tavira que já era muito antiga e que por força do regime especial era possível licenciar no local. Tratava-se de um distinto empresário do concelho, pelo que tinham aproveitado uma legislação que sendo do anterior Governo tinha sido reformatada, concedendo mais prazo, para poderem defender a vida das pessoas que tinham vindo a criar aquela exploração pecuária, naquele local, para que fosse legalizada e, de alguma forma, ter todas as condições para ali poder estar. \_\_\_\_\_

---Basicamente aquele era o processo final, que já tinha estado em consulta, já tinha o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) estando tudo de acordo, faltando apenas a deliberação daquela Assembleia Municipal para que a vida das pessoas ao abrigo daquela legislação especial pudesse de alguma forma ser protegida com a conviência da votação de todos. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Pedro Soares** questionou sobre qual era o tipo de exploração pecuária. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que se tratava de uma exploração de uma família da Malhada de Peres que tinha porcos, vacas e ovelhas e fornecia para os talhos. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Pedro Soares** perguntou se aquela situação significava futuras mudanças para aquele tipo de atividade que dessem origem a alterações ao PDM. \_\_\_\_\_

---O **Vereador João Pedro Rodrigues** explicou que se tratava de uma legislação do Governo anterior em que tinham permitido uma regularização excecional de várias atividades económicas. Os empresários, aproveitando aquela legislação, tinham proposto ao Município de Tavira a legalização. Para legalizar aquela exploração agrícola era necessário proceder a uma alteração ao PDM e à carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Tavira. Assim o processo tinha sido remetido a todas as entidades, elaborado um projeto que até era para ter sido incluído na revisão do PDM que tinham estado a elaborar, mas que não tinha sido possível devido aos *timings*, pelo que tinham que efetuar aquela regularização excecional apenas para aquela situação. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que na carta da REN, a única coisa que estavam, a alterar era a localização dos armazéns que eram necessários à exploração agrícola. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** manifestou claramente a posição favorável da sua bancada uma vez que se tratava de enquadrar uma atividade económica, que representava emprego, criação de valor no concelho, pelo que estavam claramente a favor. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação a proposta número 33/2019/CM, referente à alteração ao Plano Diretor Municipal de Tavira e à delimitação da Reserva Ecológica Nacional concelhia decorrente do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas,

tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Silvino Oliveira, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Artur Sanina. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 35/2019/CM, referente à revogação do Regulamento de Autorização Municipal para Instalação e Funcionamento das Infraestruturas de Suporte das Estações de Radiocomunicações e Respetivos Acessórios. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que apresentavam ali aquela proposta de revogação do regulamente porque o mesmo era manifestamente inútil face à legislação em vigor sendo contrário à Lei. Tratava-se da regulação da colocação de antenas que no âmbito daquele regulamento tinham que ser colocadas a uma distância de cento e cinquenta metros das habitações, o que não constava na Lei geral e por muita controvérsia que existisse não estavam tecnicamente provados os efeitos das antenas, assunto a que os Tribunais eram muito sensíveis. \_\_\_\_\_

----No âmbito daquele regulamento tinha havido quem se tivesse queixado e a Câmara Municipal tinha promovido contra as operadoras ações judiciais de deslocação de antenas que estavam colocadas a menos de cento e cinquenta metros das casas, num articulado específico, próprio e único previsto naquele regulamento. \_\_\_\_\_

----As ações que tinham colocado, e as antenas já tinham sido deslocalizadas, porque o regulamento era contrário à Lei os Tribunais não davam acutilância pelo que a Câmara Municipal tinha-as perdido todas. Naquele sentido consideravam que não valia a pena manter o regulamento aplicando-se a Lei geral naquelas localizações. \_\_\_\_\_

----As operadoras já tinham deslocalizado as antenas do Perogil, sendo que o próprio Vereador João Pedro Rodrigues tinha andado com os operadores a verificar as novas localizações porque estes também pretendiam estar de acordo com todos, não querendo, obviamente, problemas, mas havendo aquela especificidade, o Executivo Municipal tinha considerado por bem propor aos órgãos a anulação do regulamento por inutilidade. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Pedro Soares** perguntou qual era a distância que ficaria regulamentada e se existia ou não uma distância mínima. \_\_\_\_\_



---Pelo que tinha estado a consultar nos documentos que tinham sido cedidos, já tinha havido uma redução de cinquenta por cento na distância considerada, pelo que pensava que antigamente deveria rondar os trezentos metros. \_\_\_\_\_

---A questão que levantava era se realmente aquela revogação ia ao encontro das necessidades das populações, como naquele exemplo concreto do Perogil, ou se seria apenas uma cedência aos interesses das operadoras. Questionava se as pessoas tinham sido consultadas. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que relativamente àquela matéria pela informação disponível as questões de saúde pareciam não se colocar. \_\_\_\_\_

---De qualquer forma queria partilhar com a Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, se não faria sentido terem um pequeno regulamento ou algo que, de alguma forma, enquadrado na legislação em vigor, acautelasse um pouco a matéria da estética uma vez que todos pretendiam ter telecomunicações, portanto pensava que devia de haver um compromisso em termos estéticos e também de não multiplicação ou proliferação de antenas na paisagem urbana e rural. \_\_\_\_\_

---Referiu que viam de forma perfeitamente pacífica que o regulamento que estava em vigor deixasse de existir mas, de qualquer forma, gostariam de partilhar uma preocupação que tinham em matéria de estética que pudesse ainda que enquadrada na Lei, reduzir um pouco o espaço para não proliferarem, verificando de que forma poderiam criar ali uma situação de compromisso que defendesse aquelas duas questões que até poderia passar por um pequeno regulamento que atendesse a questão. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que de qualquer forma, em relação àquele ponto, a orientação de voto da sua bancada era a favor. \_\_\_\_\_

---O **Presidente da Câmara Municipal** disse que ia levar em consideração a sugestão do Deputado Municipal Silvino Oliveira, que necessitavam de antenas de telemóveis pois caso contrário não haveriam comunicações, mas que havia o cuidado das localizar, não havendo qualquer cedência a quem quer que fosse pois o assunto nada tinha a ver com as operadoras mas com o facto de se terem cansado de perder ações e saberem, porque a Câmara Municipal tinha juristas, advogados, que lhes diziam que aqueles eram casos perdidos, que não valia a pena serem demandados e gastar dinheiro em Tribunais. \_

---Quanto à estética poderiam ver, mas obviamente toda aquela questão era vista no licenciamento, qual o melhor local, qual o tipo de antena, mas tinham que ter ideia que tinham que conviver com aqueles portos físicos pois caso contrário ninguém teria comunicações. Levariam em linha de conta a sugestão para, obviamente, não passarem de um determinado contexto. \_\_\_\_\_

---Existiam várias antenas e ainda há pouco tempo tinham colocado uma antena na estação que era uma rede única da ferrovia das Infraestruturas de Portugal (IP), que se chamava IP Telecom. Tinha informado e colocado numa zona que era de jurisdição da IP, sendo que a Câmara Municipal nada podia

*Handwritten signature and initials*

dizer. Para além daquela, se não estava enganado, tinham colocado também uma no Livramento porque tinham uma rede própria. \_\_\_\_\_

----Redes de fibra ótica era o que não faltavam no país, só em Tavira deveriam de existir umas três ou quatro. \_\_\_\_\_

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou votação a proposta número 35/2019/CM, referente à revogação do Regulamento de Autorização Municipal para Instalação e Funcionamento das Infraestruturas de Suporte das Estações de Radiocomunicações e Respetivos Acessórios, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

----**Passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 36/2019/CM, referente à 4-Emp/17 – Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro – Aprovação do novo planeamento da empreitada, prorrogação do prazo do contrato e repartição de encargos.** \_\_\_\_\_

----**O Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha explicado aquele ponto que se referia aos cinquenta e sete dias que tinham sido gastos para realojar o CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Tavira, a Associação de Natação do Algarve que era a única que tinha contrato de comodato celebrado e o Cineclube de Tavira que presentemente não tinha sede e estava a trabalhar no Clube de Tavira que era uma solução provisória que ainda teriam que resolver sendo que uma parte do espólio do Cineclube tinha ido para o arquivo municipal. \_\_\_\_\_

----**O Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que relativamente àquele ponto ainda há pouco tinha ouvido a mea-culpa do Executivo Municipal relativamente àquele processo em que as questões não tinham sido acauteladas inicialmente o que tinha levado à entrega ao empreiteiro das instalações quando estas ainda não estavam devidamente libertas. De facto tratava-se de uma intervenção importante, emblemática do mandato do atual Executivo Municipal, sendo que brevemente teriam outra, a ponte. O que gostariam era que nalguns aspetos relativos àquela matéria não houvesse uma apreciação com algum amadorismo, pelo que era conveniente que quando as obras fossem adjudicadas os edifícios estivessem efetivamente libertos, sem qualquer ónus, pelo que reconheciam a mea-culpa do Executivo Municipal. \_\_\_\_\_

----Eram a favor das intervenções em Tavira mas também tinham que ter alguma exigência e, aceitando a mea-culpa do Presidente da Câmara Municipal, a orientação de voto da sua bancada ia no sentido da abstenção. \_\_\_\_\_

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 36/2019/CM, referente à 4-Emp/17 – Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro – Aprovação do novo planeamento da empreitada, prorrogação do prazo do contrato e repartição de encargos a votação, tendo a mesma**



sido aprovada por maioria com vinte e um votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e cinco abstenções dos deputados municipais Carlos Marcelino, Leonardo Martins, Luís Brito, Muriel Dias e Silvino Oliveira. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito da ordem do dia sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 37/2019/CM, referente à Prestação de Contas/2018. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que à semelhança de anos anteriores apresentavam a prestação de contas no mês de fevereiro, porque era legal, porque era possível, porque, felizmente, a equipa financeira da Câmara Municipal tinha conseguido encerrar as contas para lhes permitir antecipar o prazo. Podiam fazê-lo por fluxos de caixa, mas tinham considerado por bem apresentar as contas naquele momento porque não havia qualquer problema, sendo o que tinham vindo a fazer nos últimos quatro anos, já tendo prestações de contas visadas pelo Tribunal de Contas cujo procedimento seguido tinha sido o mesmo. \_\_\_\_\_

----A prestação de contas do ano de 2018 e tudo o que estava associado continha um conjunto de números que considerava interessantes para o que tinha sido o desempenho do ano de 2018 do Município de Tavira porque, não falando da história por considerar que apenas o faria em caso de necessidade, obviamente a Câmara Municipal de Tavira tinha uma situação financeira estável, o que considerava ser bom, não estando nem ricos nem pobres mas estáveis, sendo uma situação que teriam que ir verificando porque pensava que na fase melhor da economia tinham que ter a capacidade de se prepararem para fazer obra mas também de acautelar o que poderia ser uma curva descendente da economia com alguns problemas sociais associados, pelo que, o que não podiam ter era o que aquele Executivo Municipal tinha apanhado em determinada altura, um endividamento crescente e grande, problemas sociais de quem deviam de apoiar e não terem verba para o fazer. Aquilo é que não podia acontecer. \_\_\_\_\_

----Considerava que os munícipes de Tavira esperavam do Executivo Municipal rigor nas contas, cautela, obras e outros. \_\_\_\_\_

----O ano de 2018 que tinha sido o ano a seguir às eleições tinha sido um ano, que ele também já ali tinha explicado numa Assembleia Municipal anterior, em que se tinham dedicado às grandes obras públicas, àquelas que não se concluíam em apenas um ano, pelo que tinham trabalhado num conjunto de grandes intervenções a que tinham tido que dedicar muito tempo das equipas técnicas da Câmara



Municipal, como tinham sido os casos da EN270 cuja empreitada tinha terminado em 2018, o cineteatro cujo concurso estava lançado tendo o projeto que ter sido preparado em conjunto e que presentemente tinha que ser acompanhado, a ponte, a Escola de Santo Estevão, a Escola da Conceição de Tavira, o Mercado da Ribeira cujos projetos eram todos da Câmara Municipal, a questão do cais da Ilha de Tavira e da requalificação das frentes ribeirinhas. Ou seja, havia um conjunto de intervenções, como também era o caso das Piscinas Municipais cuja preocupação tinham tido bem como outras que também constavam no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para que os processos, como era o caso das pavimentações, pudessem ser lançados após deliberação daquela Assembleia Municipal para a incorporação do saldo de gerência, que se esperava favorável. Tinham previsto uma grande empreitada com várias pavimentações, cujo projeto já se encontrava concluído, para pavimentar estradas na Freguesia da Conceição de Tavira que incluía a Cumeada, Valongo, Eira Pelada, Carrapateira até ao limite do concelho, Fazfato, de Fazfato aos Cintados, Estorninhos e Barranco do Furadouro. Também tinham procedimentos para Santo Estevão e Luz de Tavira, sendo que um dos concursos estava praticamente terminado e outro para lançar que incluía as estradas Butoque a Estiramantens e estradas associadas, Fundo, Lameiro, Amaro Gonçalves e toda aquela zona que correspondia a uma área onde tinha sido colocado saneamento há dois anos e cujas peças do projeto estavam praticamente concluídas. \_\_\_\_\_

---Tinham estado a trabalhar num conjunto de intervenções na área do urbanismo para a qualidade de vida dos cidadãos com o envolvimento muito grande da equipa em projetos mais pequenos que não costumavam elaborar e que levavam muito tempo, bem como no acompanhamento de outras entidades, o que tinha resultado no facto da execução de despesa de capital não ter sido a desejável, ficando um pouco abaixo, mas esperavam resolver aquela questão no corrente ano com a incorporação do saldo de gerência no PPI, estando convictos que iria correr bastante melhor. \_\_\_\_\_

---Uma segunda nota que pretendia dar, estava relacionada o investimento e com os recursos humanos. O ano de 2018 tinha sido um ano em que a despesa com recursos humanos tinha aumentado seis vírgula cinquenta e um por cento, e a aquisição de bens e serviços, doze vírgula oitenta e quatro por cento o que refletia que a Câmara Municipal depois de deixar de estar inibida de admitir recursos humanos tinha começado a planificar concursos tendo concretizado integralmente o que tinha sido a decisão daquela Assembleia Municipal relativa ao mapa de pessoal sendo que, por exemplo, o último concurso tinha sido lançado no mês de dezembro anterior e estava relacionado com os Bombeiros Municipais de Tavira, tendo também sido lançados outros concursos que permitiam de alguma forma o refrescamento das equipas da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

*Paulo  
Crey.*

---Presentemente estavam a trabalhar para concretizar os ingressos do mapa de pessoal que estava atualmente em vigor. \_\_\_\_\_

---Tinham verificado que o ano em apreço também tinha sido particularmente simpático no que se referia a impostos municipais sendo que a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) tinha-se mantido inalterada, o Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) tinha subido substancialmente, trinta e três vírgula sessenta por cento e as receitas provenientes da participação fixa no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) tinham aumentado um vírgula oitenta e três por cento. Eram todos aqueles fatores que somados davam origem ao saldo de gerência que transitava para 2019, cujo valor seria incorporado no orçamento da Câmara Municipal daquele ano aumentando as dotações das rubricas que não tinham valores associados como era o caso do Verão em Tavira, da Feira da Dieta Mediterrânica uma vez que tinham optado por colocar um quadro à parte com as rubricas a reforçar o que presentemente seria completado. O saldo de gerência a incorporar em 2019 era no valor de dezoito milhões, quinhentos e oitenta mil e novecentos e oitenta e oito euros cujo valor suplantava em mais de três milhões de euros o valor do ano anterior. \_\_\_\_\_

---A redução da dívida em 2018 relativamente a 2017 tinha sido de dois milhões e quatrocentos mil euros sendo que a 31 de dezembro a dívida total do Município de Tavira, de curto, médio e longo prazo, era no valor de oito milhões, oitocentos e oitenta e um mil e trezentos e quarenta euros, o que contrastava com os cerca de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros do ano de 2009 quando tinham começado a efetuar aquele exercício. A dívida era essencialmente bancária sendo amortizada todos os anos, pelo que, conforme constava especificamente no orçamento para o corrente ano, iriam amortizar cerca de um milhão e seiscentos mil euros. \_\_\_\_\_

---Relativamente à execução da receita, no ano anterior tinha sido cerca de cento e cinco por cento, sendo que no ano em apreço tinha sido de noventa e nove, vírgula cinquenta e dois por cento e a execução da despesa tinha baixado para os cinquenta e oito vírgula vinte e três por cento. \_\_\_\_\_

---A receita global relativamente a 2017 tinha tido um aumento de seis vírgula trinta e cinco por cento cuja verba derivava basicamente do IMT o que significava um aumento de dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis euros. \_\_\_\_\_

---O IMI tinha aumentado zero, vírgula sessenta e cinco por cento correspondendo ao valor de cinquenta e um mil, duzentos e noventa e cinco euros. O IMT tinha aumentado trinta e três vírgula sessenta por cento o que representava dois milhões, duzentos e seis mil, cento e treze euros. O Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e participação fixa no IRS tinha subido um, vírgula oitenta e três por cento, representando cento e catorze mil e vinte e dois euros. \_\_\_\_\_

----No que se referia à despesa com pessoal, esta tinha aumentado, como já tinha dito, seis vírgula cinquenta e um por cento, quinhentos e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois euros e a aquisição de bens e serviços, doze vírgula oitenta e quatro por cento no montante de setecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e três euros que muito resultavam do que eram as intervenções que a Câmara Municipal fazia por administração direta. \_\_\_\_\_

----Tinham mantido um registo muito conservador relativamente a despesas com festas pelo que se comparassem os valores de 2017 e 2018 verificariam que eram muito similares apenas com um ligeiro aumento em 2018. Tinham procedido da mesma forma relativamente aos apoios às associações, clubes e coletividades que, havendo mais verba, obviamente que apoiavam mais iniciativas e tentavam validar as que tinham substância, que interessavam e que consideravam importante apoiar. \_\_\_\_\_

----Em resumo, considerava que era um exercício responsável, equilibrado, com saldo de gerência, obras concluídas e programadas cuja incorporação daquele saldo de gerência iria permitir de imediato a abertura de um conjunto substancial de concursos para o que os projetos já estavam elaborados e que a população carecia, sendo que alguns deles tinham ali sido falados e questionados, e bem, pelo Vereadores da Oposição que os acompanhavam no Executivo Municipal, sendo as questões obviamente pertinentes e que eles próprios também sentiam. \_\_\_\_\_

----Considerava que era importante realçar que havia uma rubrica que praticamente tinha desaparecido naquele exercício. A rubrica da taxa turística tinha passado de novecentos mil euros para mil euros. Por altura da discussão do orçamento tinha informado que estavam a colocar novecentos mil euros como valor expectável de receita da taxa turística no orçamento para o concelho de Tavira, todavia desconheciam se a iriam aplicar durante o ano de 2019 porque tal dependia do regulamento, das condições, sendo que tinham considerado prudente amadurecer, pensar, trabalhar, colaborar e elaborar um regulamento com calma que seria sujeito à apreciação da Assembleia Municipal pelo que a taxa turística, em princípio, não seria aplicada no corrente ano, sendo-o em 2020 conforme muitas câmaras municipais tinham sugerido e cujo entendimento também tinham. Presentemente apenas Lagos, Portimão, Faro e Vila Real de Santo António aplicavam aquela taxa sendo que os restantes municípios estavam a ponderar aplicá-la em 2020, a razão por que tinham sido retirados oitocentos e noventa e nove mil euros da rubrica. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Fernando Rodrigues** disse que *“relativamente a este ponto a bancada do PS só pode demonstrar a sua plena satisfação pelas contas apresentadas, o equilíbrio financeiro do relatório que nos é apresentado espelha aquilo que é a vontade deste Executivo, como se diz na gíria, é ter a casa arrumada. Ter a casa arrumada significa trabalhar e investir de uma forma sustentável e consistente e não numa corrida desenfreada comprometendo o futuro do Município e dos tavirenses. \_\_\_*

---Não nos podemos esquecer como foram entregues as contas da Câmara há dez anos atrás onde o passivo somava dívidas atrás de dívidas onde eram feitas ginásticas financeiras para camuflar a falta de proveitos, onde o prazo de pagamento dos fornecedores era a perder de vista, fazendo com que alguma empresas deixassem de ter vontade de efetuar trabalhos para o Município pois já sabiam que devido aos atrasos nos pagamentos teriam também dificuldades de tesouraria para respeitar os seus compromissos. Hoje temos um prazo médio de pagamentos de seis dias. \_\_\_\_\_

---Como é evidente todos queremos o melhor para a nossa cidade, para o nosso concelho, melhorar a qualidade de vida dos tavienses, daqueles que têm aqui investimentos imobiliários e empresariais, daqueles que simplesmente nos visitam ou para acolher novos empreendedores mas esse investimento público que também tem que ser feito agora, não pode comprometer o futuro seja a médio ou longo prazo. \_\_\_\_\_

---O investimento estrangeiro em imóveis no nosso concelho tem permitido um acréscimo de proveitos por via da cobrança do IMT, contribuindo igualmente para limpar a cara de casas da nossa cidade que estavam devolutas e algumas deixadas ao abandono. \_\_\_\_\_

---A nós já não nos assusta o facto das contas apresentarem um saldo de gerência ou poupanças, muito pelo contrário, e acreditamos profundamente que seja a intenção do Executivo distribuir esses proveitos na melhoria das acessibilidades, na manutenção e criação de novos espaços verdes e de lazer, na continuidade de apoio à fixação de empresas no concelho, na redução gradual e sustentável de impostos aos tavienses, na remodelação de edifícios públicos devolvendo estes á cidade, em obras de grande importância para o nosso futuro e tão mal compreendidas como é o caso do Cineteatro e da nova ponte.

---Por vontade de alguns que tentam iludir os munícipes com falsas verdades e que vêm para as redes sociais promover a destabilização, comprometer a paz social e numa tentativa feroz de colocar em causa o trabalho do Executivo, vêm a sua vontade defraudada pois há muito trabalho feito e que irá ser feito ainda, não apenas pelo Município mas igualmente pelas freguesias, uniões de freguesia. \_\_\_\_\_

---Aliás, ficou demonstrada há dias no relatório apresentado que os fregueses estão muito satisfeitos com o trabalho realizado pelos nossos presidentes de junta e aproveitamos aqui para deixar uma palavra de reconhecimento aos nossos colegas de bancada pelo seu trabalho. \_\_\_\_\_

---A redução da dívida que nos é apresentada é também ela significativa no valor de dois milhões e quatrocentos mil euros passando para os oito milhões e setecentos mil euros. Esta redução do passivo em conjunto com uma autonomia financeira de quase setenta e cinco por cento significa que o Município não está dependente de capitais alheios para trabalhar e reúne todas as condições para recorrer a financiamento até porque tem vindo a aumentar as receitas, existem aplicações financeiras e a execução orçamental da parte da receita está quase nos cem por cento. \_\_\_\_\_



----Assim estamos em crer que o Município apresenta uma situação financeira saudável, pelo que estamos em condições de votar favoravelmente a prestação de contas de 2018.” \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Luís Brito** referiu que primeiramente pretendia efetuar um breve comentário à intervenção do Deputado Municipal Fernando Rodrigues dizendo que efetivamente tinha existido um acréscimo ou uma receita considerável no orçamento e nas contas da Câmara Municipal relativo ao IMT e ao IMI cujas condições para que tal acontecesse tinham sido criadas pelo Executivo do PSD, pelo que presentemente, o atual Executivo Municipal estava a colher os frutos daquele trabalho. \_\_\_\_\_

----Relativamente à explicação da prestação de contas de 2018 pretendia colocar uma questão. Notava que tinha havido um aumento no prejuízo do exercício de 2018, um acréscimo de cerca de quatro milhões e setecentos mil euros. A receita tinha diminuído e havia uma rubrica que se realçava e relativamente à qual gostaria de obter uma explicação. Tratava-se de uma rubrica que constava da demonstração de resultados e que se referia aos custos e perdas extraordinárias em que em 2017 o valor inscrito era, arredondando, quatrocentos e treze mil euros, e em 2018 eram seis milhões, quatrocentos e setenta e oito mil euros, conforme constava na página oitenta e quatro na análise das várias rubricas contantes da demonstração de resultados onde existiam reduções, aumentos, equilíbrios, mas naquela rubrica existia um acréscimo de seis milhões de euros e não tinha conseguido localizar qualquer nota à demonstração de resultados que explicasse aquele extraordinário acréscimo. \_

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que relativamente à prestação de contas tinham tentado fazer uma avaliação e uma crítica construtiva, sendo que existiam alguns aspetos que pretendiam salientar. \_\_\_\_\_

----Tinham verificado que o orçamento que inicialmente era de trinta e um milhões de euros tinha passado para quarenta e cinco milhões que sendo a execução da despesa apenas de cinquenta e oito vírgula vinte e três por cento, vinte e seis milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro euros que associados ao facto da receita ter sido noventa e nove vírgula cinquenta e dois por cento, no valor de quarenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois euros levava a um encaixe de dezoito milhões, quinhentos e oitenta mil e novecentos e oitenta e oito euros, correspondentes ao saldo transitado que no ano de 2017 tinha sido de cerca de quinze milhões de euros mas que na despesa daquele ano não existia investimento na habitação social, a custos controlados, nem um aumento significativo do apoio social. \_\_\_\_\_

----A receita do IMI tinha aumentado zero vírgula sessenta e cinco por cento apesar da descida percentual da taxa a aplicar, de zero vírgula trinta e oito para zero, vírgula trezentos e setenta e cinco, representando sete milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil euros, o que justificava o que o BE tinha indicado em novembro de 2018, que a receita dever-se-ia manter nos sete milhões e quinhentos

mil euros pelo que a taxa deveria de ser reduzida para os zero vírgula trinta e cinco ou trinta e seis e consequentemente aliviar a carga fiscal dos munícipes cuja medida deveria de ser acompanhada de outras. ---O IMT tinha passado de seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco no ano de 2017 para os oito milhões, setecentos e setenta e um euros, o que refletia um aumento naquela rubrica. \_\_\_\_\_

---A dívida da Autarquia tinha reduzido cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros e o prazo médio de pagamento a fornecedores estava a ser efetuado a seis dias. \_\_\_\_\_

---Pretendiam salientar que o crescimento da receita face ao ano de 2017 decorria quase exclusivamente do crescimento do IMT tendo-se registado quebras importantes como menos trezentos e sessenta mil euros na execução de projetos cofinanciados, o que significava que, no que dependia da ação do Executivo Camarário não tinha havido melhoria nas receitas. O enorme aumento do IMT decorria de "*febres imobiliárias em curso*". Considerava que era sobre aquele tema que se devia de dizer que a inexistência de um observatório municipal, ou com outro nome qualquer, para as transformações verificadas na propriedade imobiliária, não permitia saber, por exemplo, se os prédios transacionados ficavam a pertencer a fundos imobiliários ou "*faziam parte de negócios escuros de lavagem de dinheiro como é as intervenções das offshore*." Aquela era uma questão relevante porque o que acontecia presentemente como aumento da receita municipal podia significar era o empobrecimento da cidade no futuro com uma perda de património imobiliário caso correspondessem a negócios especulativos como tudo indicava. \_\_\_\_\_

---Outro aspeto referia-se aos ênfases que era o grau mais baixo de críticas às contas em apreciação sendo que as reservas eram o segundo grau de discordância com os resultados apresentados e que não podiam deixar de ser considerados. As reservas do relatório decorriam do valor da rubrica de imobilizado em curso que por não terem sido objeto de avaliação não permitiam saber com clareza quais eram verdadeiramente os resultados do exercício. \_\_\_\_\_

---A questão imobiliária que ali já tinham falado era notória na cidade de Tavira porque presentemente existiam pessoas de outros países que adquiriam habitações com a isenção de impostos que tinham, adquirindo três ou quatro casas que atualmente estavam a alugar sem qualquer participação fiscal, não dando a devida nota às Finanças, portanto aquela especulação existia, pelo que, tendo a rubrica mencionada aumentado substancialmente não sabia se não deviam de reconsiderar. \_\_\_\_\_

---O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que gostava de adicionar alguns comentários a algumas das questões que ali tinham sido mencionadas. \_\_\_\_\_

---Noutras assembleias municipais em que tinha participado, tal como naquele mesmo dia, tinha ouvido de várias formas ser referido o antigo passivo, sendo que, quando tinham uma empresa ou na gestão da vida familiar de cada um, existiam momentos em que tinham que investir cujo investimento aparecia a

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

pensar no futuro. Comparando com a sua atividade, a agricultura, quando perspetivava o futuro, a meses em hortícolas, a anos em fruteiras ou a décadas e até séculos em algumas espécies arbóreas, tinha sempre um grande esforço à partida, uma grande alocação de recursos que podia possuir ou não, mas o que tinha era a expectativa futura que a vida fosse melhorada, sendo que era aquele o enquadramento que, também de alguma forma, deveria de ser efetuado, porque se pedia seriedade, pelo que considerava que também tinha que fazer com que todos refletissem com seriedade entendendo que grande parte do investimento tinha sido efetuado no passado e, se não havia recursos, tinha havido a necessidade de fazer endividamento. Não estava ali a julgar se tinha sido bem ou mal feito, estando apenas a partilhar uma experiência de vida e bom senso quanto à própria vida de cada um e, portanto, não lhe custava nada reconhecer alguns méritos na gestão do Executivo Municipal atual da mesma forma que também exigia algum respeito por algum investimento que tinha sido feito no passado e que não tinha sido mais do que a pensar no futuro, futuro aquele que presentemente todos estavam a viver alegremente, tendo mais recursos enquanto coletivo no Município e para os munícipes, ou seja, melhor futuros para os filhos. Assim agradecia que também houvesse alguma humildade e alguma seriedade quando se falava no endividamento que tinha sido feito no passado, porque, porventura, e não podia julgar na plenitude, alguns daqueles investimentos tinham sido tidos por necessários pelo que não havendo recursos tinha havido a necessidade de recorrer ao endividamento o que muitas vezes era feito nas próprias empresas ou até, como inicialmente tinha aludido, em muitas decisões familiares. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao rigor, de facto, para serem rigorosos com o próprio rigor as contas da Câmara Municipal não podiam ser rigorosamente analisadas porque à data em que eram apresentadas existiam ainda rúbricas que não estavam fechadas pelo que não podiam fazer uma avaliação rigorosa às contas. \_

----Por outro lado, à semelhança do que tinham feito no ponto número seis em que tinham apresentado um regulamento que não tinha enquadramento com a Lei, com o que tinham concordado, sendo fácil reconhecer, também era fácil reconhecer que de acordo com a legislação em vigor, a prestação de contas apresentada pelo Executivo Municipal naquela Assembleia Municipal no decurso do mês de fevereiro deveria de ser apresentada no mês de abril. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara Municipal tinha invocado, com a experiência que os assistia, que estavam a apresentar naquela data para poderem utilizar o saldo de gerência, contudo existia outro mecanismo previsto na Lei 51/2018 que vinha colocar à disposição do Executivo Municipal outro mecanismo que permitia mobilizar o saldo de gerência. \_\_\_\_\_

----Naquele sentido a orientação de voto da sua bancada era de votar contra e apresentavam uma declaração de voto. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que gostava de esclarecer algo antes de passar a palavra à Vereadora e Vice-Presidente Ana Paula Martins para esclarecer a questão levantada pelo Deputado Municipal Luís Brito porque ele não era financeiro. \_\_\_\_\_

----Dirigindo-se ao Deputado Municipal Silvino Oliveira que naquele dia coordenava a bancada do PSD registava que os discursos sobre o anterior Executivo Municipal não tinha sido proferidos por ele, sobre o que não tinha efetuado qualquer crítica, tendo apenas referido que se tratava de um valor que era por demais conhecido por todos para terem um ponto de partida, o início de funções do atual Executivo Municipal, no âmbito do que estava a explicar. O que tinha referido e seguramente que estava gravado, não sendo exatamente daquele modo, mas parecido, era que contrastava com o valor de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros de dívida que tinham encontrado no ano de 2009, no início do seu primeiro mandato, os cerca de oito milhões existentes no presente. Já muito tinha falado sobre o período a que o Deputado Municipal Silvino Oliveira se tinha referido, mas apenas voltaria ao assunto se fosse necessário. Não tinha efetuado qualquer crítica ao anterior Executivo Municipal e reconhecia o que o Deputado Municipal Silvino Oliveira tinha dito, não estando interessado em voltar àquela conversa apenas dizendo que aquele tinha sido o ponto de partida para que ficasse registado na memória coletiva qual era o ponto de partida sobre a perspetiva de endividamento consolidado no ano de 2009 e o valor que tinham no corrente ano. Assim registava a conversa sendo que ali nunca ninguém tinha dito que nada tinha sido realizado nos doze anos anteriores, em que se tinham feito coisas boas, coisas más, e que o assunto já tinha sido debatido tendo ele próprio efetuado muitas críticas até porque tinha integrado a Assembleia Municipal durante doze anos, mas tinha uma ótima relação com o anterior Presidente da Câmara Municipal e pensava que aquele era o caminho. Todavia acrescentava que existia uma diferença que considerava uma diferença prudente. \_\_\_\_\_

----Uma situação seria todos como coletivo defenderem sempre a coletividade, o Município com ambição, contudo ele tinha duas formas de o efetuar, ou gastava toda a verba disponível até ao último cêntimo porque o seu mandato, potencialmente, tinha doze anos, e já estava no último mandato, e esgotava assim a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, executando muitas obras e quem viesse a seguir que pagasse a conta que ele não se preocuparia, o que considerava uma teoria ultrapassada, ou depois de terem superado a crise dos anos de 2011, 2012 e 2013, quarenta anos depois do 25 de Abril, de democracia integrados na União Europeia (EU) até os jovens começavam a ter a perceção que se tinha vivido de uma determinada forma, que o importante era executar, sendo que a partir de determinada altura não existia verba para o que quer que fosse. \_\_\_\_\_

----Sentia que os cidadãos de Tavira era ambiciosos e compreendiam o esforço sendo que até alguns lhe diziam que se era o seu último mandato porque não fazia como outros presidentes de câmara, lançando

todas as obras, todavia o Executivo Municipal considerava que estas tinham que ser programadas, planeadas e sendo liquidadas com as verbas que iam dispondo, não excluindo contudo a situação de efetuarem endividamento bancário para questões a longo prazo como seria, por exemplo, a estratégia da habitação, que já ali tinha sido falada, e que preferencialmente não contasse para a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, com contratos excecionados para o que tinham que fazer, para o que estavam a trabalhar e que em 2020 gostaria de colocar em prática. O endividamento não os preocupava mas considerava que os cidadãos não compreenderiam, sobretudo os poucos jovens interessados por matérias políticas e da comunidade, porque tinham passado por uma forte crise. Algo que considerava importantíssimo era o pagamento dentro dos prazos, sendo que, presentemente o prazo médio de pagamento no Município de Tavira era de seis dias que já não compararia com o ano de 2009 para que o Deputado Municipal Silvino Oliveira não replicasse a mesmo argumento, mas de facto era muito maior. \_\_\_\_\_

----Considerava que um prazo médio de pagamento de seis dias dava confiança aos atos de comércio e aos fornecedores da Câmara Municipal, estando assim a promover o emprego porque as verbas circulavam. Não pretendia entrar em polémicas sobre a matéria de que muito já ali tinham falado pois não era esse o patamar em que se encontravam e se de alguma forma tinha indiciado que pretendia aquele tipo de abordagem, tal não era verdadeiro, pois tinha apenas pretendido efetuar o contraponto entre o valor inicial e o valor em que se encontravam. \_\_\_\_\_

----Assim considerava que quando necessitassem de se endividar para resolver questões importantes e relevantes, seria o que faziam porque, felizmente, o Município de Tavira tinha capacidade de endividamento para com programação, que tinham que fazer no quadro do que considerassem que em termos políticas locais, do mandato autárquico, era relevante para concretizarem substancialmente aquilo a que se tinham proposto e um conjunto enorme de outras questões que não constavam no programa eleitoral e que iam resolvendo juntamente com as juntas e freguesia e comunidade. \_\_\_\_\_

----Consideravam que tinham um bom exercício para aquele primeiro ano do terceiro mandato daquele Executivo Municipal, sendo que verificariam como seria o ano seguinte em função do que já tinha exposto. Não tinha a veleidade de considerar que a votação fosse diferente do voto contra porque também estava na política e tinha uma ideia de como as questões se processavam, mas, com muita tranquilidade dizia que pensava que a oposição também apreciava as contas e constatavam que a situação era boa, todavia aquilo fazia parte do processo. \_\_\_\_\_

----Passava a palavra à Vereadora Ana Paula Martins, que era financeira, para que explicasse a questão colocada pelo Deputado Municipal Luís Brito, que trabalhava no ramo, porque ele era jurista e existiam alguns termos próprios da atividade que deviam de ser ditos corretamente. \_\_\_\_\_

----A **Vereadora Ana Paula Martins** disse que começava por responder pelo resultado líquido. Pensava que até tinha sido anteriormente ao ano de 2009 que o Município tinha mandado avaliar todos os seus bens do domínio público o que fazia com que tivessem um valor de amortizações muito elevado, cerca de dez milhões que era basicamente o resultado económico que constava nas contas dando um resultado líquido negativo nos exercícios que não correspondia à parte financeira e da liquidez. \_\_\_\_\_

----Aquela contabilização dos custos extraordinários estava relacionada exatamente com o que estava explicado na página setenta e três do relatório e que tinha a ver com o que tinha referido. Tinham um conjunto de empreitadas que estavam registadas nas imobilizações em curso, até de anos anteriores, pelo que tinha sido efetuada aquela regularização, tendo elas sido incorporadas no imobilizado corpóreo do Município e portanto as amortizações daquele ano tinham sido contabilizadas em custos extraordinários que eram aqueles quase seis milhões de euros como constava no quadro demonstrativo da página setenta e três do relatório. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Luís Brito** referiu que a Vereadora estava a dizer que existia uma série de ativos ou de imobilizações que estavam em curso sendo que aquelas obras tinham sido terminadas. \_\_\_\_\_

----A **Vereadora Ana Paula Martins** afirmou que assim era, que as obras tinham terminado mas não no ano em apreço sendo provenientes de anos anteriores já não podendo ser colocadas nas amortizações do exercício. Não tinham sido regularizadas, e já não se recordava em pormenor, porque existia uma divergência entre a Chefe de Divisão Financeira e o Revisor Oficial de Contas (ROC) que divergiam na forma como deveria de ser feito pelo que no corrente ano tinha-se optado por fazê-lo daquela forma por acordo entre os serviços técnicos e o ROC. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a preocupação do Deputado Municipal Artur Sanina e disse que das muitas considerações que tinha efetuado sobre o documento, tendo referido alguns números, considerava que não tinha analisado o documento. Pretendia dizer ao Deputado Municipal e por osmose a todos os presentes que o Executivo Municipal acompanhava os negócios imobiliários do Município, principalmente aqueles que chegavam à Câmara Municipal, numa perspetiva muito interessante de reabilitação do património que há muito estava degradado e cuja recuperação não viam as famílias conseguirem fazer. Felizmente que existiam várias pessoas que se tinham inteirado e pretendido investir em Tavira, o que estava em cumprimento dos planos de urbanização e urbanísticos existentes, reabilitando património com capitais próprios ou bancários, pagando taxas, e progressivamente passavam a ter uma terra mais bonita. \_\_\_\_\_

----Verdadeiramente não estavam interessados, nem pretendiam saber da proveniência da verba, se estavam ou não com amigos, se tinham muito ou pouco dinheiro, sendo que o que lhes interessava era que cumprissem o que estavam a pensar fazer, que investissem, porque quer ele como todos os

*de*  
*cy.*  
*[assinatura]*

vereadores viviam unicamente do seu vencimento e, há muitos anos era defensor da quebra de sigilo bancário desde que o mesmo fosse autorizado por qualquer poder jurisdicional, pelo que estariam disponíveis como sempre, sendo importante também dizê-lo, para que não fosse lançado a anátema de quem estava e andava a acompanhar as negociatas e coisas escondidas. \_\_\_\_\_

---Existiam muitas pessoas no país que usavam gravata todos os dias, o que ele não fazia tal como os vereadores, que falavam muito bem nos corredores e que os levavam ao ponto em que se encontravam, estando alguns detidos, sendo que ele até conhecia alguns. Era importante dizer que na comunidade de Tavira não hostilizava os investidores não querendo saber da proveniência do dinheiro, se vinha de um fundo imobiliário, Maçonaria, Opus Dei ou outra. O que pretendia era que o palacete fosse recuperado, existisse vida na rua, o edifício do Jardim da Alagoa fosse um hostel ou um hotel de charme, que as pessoas que estavam a vender o seu património a baixo preço porque não dispunham de dinheiro para o manter, o vendessem pelo devido valor, que houvesse recuperação, telhados de tesoura, que obrigassem a Câmara Municipal a realizar intervenções públicas porque considerava vergonhoso terem tudo recuperado e o único edifício que não estivesse fosse o da Câmara Municipal, que não podia acontecer, o que obrigava a Câmara Municipal a investir porque o que os investidores estavam a fazer obrigava-os a reabilitar as ruas, as acessibilidades, exercendo pois uma pressão positiva para a afirmação de Tavira. \_\_\_\_\_

---Considerava que era importante que o soubessem porque o facto de existirem investidores não queria dizer que fosse mau pelo que não os hostilizavam não os questionando sobre a origem do dinheiro. \_\_\_\_\_

---Não falava com os fornecedores que pretendiam propor-lhe a aquisição de um veículo porque aquela não era a sua função existindo quem tratasse da questão, todavia devia de atender os investidores mas não lhes recomendava o que quer que fosse. Havia uma pergunta que os investidores por vezes lhe faziam, se ele lhes recomendava algum arquiteto, alguém que trabalhasse bem com a Câmara Municipal, sendo que respondia que escolhessem quem entendessem desde que soubessem analisar e cumprir os regulamentos. Que contratassem alguém da sua confiança porque o que a Câmara Municipal tinha que fazer era cumprir o que estava estabelecido. Considerava importante dizê-lo, especialmente ao Deputado Municipal Artur Sanina, porque o que estava a acontecer em Tavira era positivo para o concelho. \_\_\_\_\_

---Era certo que aquela situação os estava a conduzir a outros problemas, nomeadamente na área da habitação, pelo que teriam que estar atentos à questão para o que ninguém os ajudaria, não existindo qualquer investidor que o fizesse, tendo que ser a Câmara Municipal a tentar resolver a fidelização dos tavirenses dando-lhes condições de vida, o que se aplicava ao Executivo Municipal atual e futuros. \_\_\_\_\_

---Considerava importante o que tinha dito porque o que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha referido, à exceção dos números, e que ele tinha percebido ou tentado perceber era uma conceção que ele não concordava porque os investidores criavam emprego, davam trabalho às pessoas e aos políticos da terra o que na sua opinião era o grande objetivo de qualquer autarca fazendo com que por via do emprego as pessoas que tinham partido voltassem, como era o caso de alguns que estudavam fora e não voltavam pelas licenciaturas que tiravam, pelo que era importante que existissem oportunidades em Tavira. Assim estavam num processo construtivo acompanhando o desenvolvimento que Tavira ia tendo sendo que os investidores eram bem-vindos. \_\_\_\_\_

---Quanto ao exercício continuava a considerá-lo positivo sendo que muitos dos números elencados pelo Deputado Municipal Artur Sanina eram reais mas resultavam de uma ponderação de impostos que consideravam adequada para os tempos atuais e para as intervenções e necessidades de financiamento que a Câmara Municipal iria ter nos anos seguintes para completar o círculo de investimento público em que teriam a rede viária para tratar e um conjunto de equipamentos que necessitavam e que o Deputado Municipal tinha sinalizado um deles, o parque desportivo, para o que necessitavam, de verba que não iriam pedir, pelo que teriam que realizar de forma progressiva e sobretudo porque, como todos sabiam, estavam a tentar baixar o IMI a todos. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que naquelas questões não existia esquerda, direita, centro ou extrema-direita, que se existiam questões ou dúvidas sobre a origem do dinheiro a polícia que investigasse, que fosse reforçada e se fosse verdadeiro, se existisse dinheiro ilícito, os responsáveis fossem detidos, não fizessem de Tavira um estado policial, mas que dessem meios para que os que eram prevaricadores e não cumprissem as regras ou se achassem mais espertos que os outros, fossem castigados. Quanto a si pautava a sua vida pelos critérios de legalidade e tentava ser um cidadão, não dizia exemplar, mas cumpria as regras. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a proposta número 37/2019/CM, referente à Prestação de Contas/2018, que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e cinco votos contra dos deputados municipais Carlos Marcelino, Leonardo Martins, Luís Brito, Muriel Dias e Silvino Oliveira, e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares. \_\_\_\_\_

---O Deputado Municipal Silvino Oliveira leu a declaração de voto. \_\_\_\_\_

----“A bancada do PSD vota contra a Proposta 37/2019/CM de Prestação de Contas de 2018 por a mesma não se enquadrar nos termos da Lei, nomeadamente o ponto 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 – Lei das Finanças Locais.” \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 38/2019/CM, referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara Municipal disse que basicamente com a aprovação da revisão do orçamento o que tinham feito naquele exercício tinha sido dotar rúbricas com verba em resultado do saldo de gerência que, se os deputados municipais verificassem nas contas zero dois das Grandes Opções do Plano (GOP), nas páginas cinco e seis, estava descrito o que propunham incorporar no território, a partir daquele momento, com a abertura de vários concursos que, na prática, era um conjunto de empreitadas muito substanciais tendo o excedente sido distribuído por um conjunto de rúbricas que consideravam ter falta de verba. \_\_\_\_\_

----Se verificassem, veriam que ambição era o que não lhes faltava, contudo o que tinham que fazer era trabalhar muito para concretizar em 2019, eventualmente transitando algumas para 2020. O que considerava importante era que o executassem e tentassem ser realistas no que estavam, no momento, a trabalhar, que se verificam o PPI veriam que existiam muitas execuções que concretizavam o programa eleitoral, no caso, sufragado pelos cidadãos com maioria e, seguramente, muitas das ideias que as pessoas tinham. \_\_\_\_\_

----O Deputado Municipal Fernando Rodrigues disse que “quanto a este ponto o que nós queríamos dizer é que um orçamento é uma estimativa e é sempre muito difícil assegurar a 100% que o mesmo seja executado ao cêntimo, normalmente é baseado no histórico e ajustado às previsões futuras, no entanto dentro do quadro que nos foi apresentado, o relatório de contas de 2018 e aquilo que se configura como sendo uma estabilidade financeira a entrada de receita e possibilidade de endividamento sustentável para 2019, não nos preocupam estes ajustes necessários ao plano. \_\_\_\_\_

----Relativamente à redução da carga fiscal sobre os contribuintes tavirenses, é nossa opinião que é preferível da forma como está a ser levada a cabo, ou seja, gradualmente e de forma sustentável, não seria de bom senso enveredarmos pela forma mais fácil de fazer política, o caminho faz-se caminhando.

----Vemos com bom grado o aumento da despesa nas rúbricas de construções, investimento, infraestruturas, etc. pelo que apresentamos o nosso voto favorável.” \_\_\_\_\_

----O Deputado Municipal Silvino Oliveira disse que relativamente àquela questão apesar do exercício que lhes tinha sido proposto no passado mês de novembro quanto ao orçamento ser apenas uma estimativa, do ponto de vista do PSD deveria de ser mais rigorosa, ou seja, deveria ter sido efetuado um

esforço maior para aproximar uma série de valores ao que a expectativa e o histórico em muitas daquelas rubricas que estavam presentemente a ser alteradas, de alguma forma na altura já o permitia fazer. \_\_\_\_\_

----Em termos de receita era conveniente incluir receitas em que tivessem um elevado grau de certeza e, na altura, em novembro, tinham efetuado uma intervenção naquele sentido, sendo que existiam indicadores que o permitiam, todavia o orçamento era da responsabilidade do Executivo Municipal. \_\_\_\_

----Terminou dizendo que o orçamento inicial também devia, pelo menos, assegurar os serviços básicos da Câmara Municipal, que na perspetiva da sua bancada poderiam ser mais trabalhados e ajustados à realidade. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que não tinha propriamente comentários a fazer pois a partir da deliberação anterior não estavam no contexto do orçamento inicial mas de um orçamento com uma revisão. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta número **38/2019/CM**, referente à **1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019** a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezanove votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e quatro votos contra dos deputados municipais Leonardo Martins, Luís Brito, Muriel Dias e Silvino Oliveira, e três abstenções dos deputados municipais Artur Sanina, Carlos Marcelino e Pedro Soares. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao décimo e último ponto da ordem do dia sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número **40/2019/CM**, referente à **Descentralização – transferência de competências da Administração Central para a Administração Local**, que se tratava de uma proposta semelhante à apresentada na sessão extraordinária que tinham realizado em janeiro último. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que na sequência do que tinham falado na última sessão da Assembleia Municipal onde tinham aceitado nove das onze competências que estavam à disposição para aceitarem no quadro da descentralização de competências e relativamente ao que tinham informado a Assembleia Municipal que sabiam que no processo legislativo do Governo esta em trânsito um conjunto de diplomas, tinham sido publicados mais quatro diplomas referentes às áreas da cultura, saúde animal e segurança alimentar, educação e saúde. Era relativamente àqueles quatro diplomas que tinham que responder à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) até ao dia 30 de abril, ou seja,



tinham sessenta dias a partir da data da publicação para se pronunciarem, todavia não necessitavam de pensar mais porque analisado o teor dos documentos, o envolvimento e peso que representavam aqueles diplomas, tinham considerado que, no momento, seria uma irresponsabilidade se aceitassem até porque ainda tinham que integrar nove competências e desconheciam qual seria o quadro financeiro de transferência porque, como sabiam, o mesmo tinha chumbado no quadro do Orçamento do Estado e Lei de Execução Orçamental onde estava prometida uma alvescera sobre as verbas a transferir. Assim seria uma irresponsabilidade total assumirem um conjunto de competências sem saberem qual seria o quadro financeiro, o investimento, quanto iriam gastar em funcionários, entre outros. Dentro do quadro de competências tinham nove, sobre o que estavam a trabalhar, mas aceitar aquelas seria uma irresponsabilidade e muito complicado. \_\_\_\_\_

----Tinham proposto em Reunião de Câmara que não aceitassem três das competências que tinham sido publicadas pelo que propunham à Assembleia Municipal não aceitar, obviamente que no ano de 2019, pois em 2020 veriam porque pensava que seguramente se teriam que pronunciar novamente quanto àquelas transferências, supondo que seria em junho, onde fariam nova apreciação, as competências da educação e saúde aceitando, porque não constavam da proposta que apresentavam, a competência no domínio da cultura. \_\_\_\_\_

----Assim propunham à Assembleia Municipal não aceitar para o ano de 2019, as competências no domínio da saúde animal e segurança alimentar, educação e saúde. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Vitor Palmeira** referiu que estavam perfeitamente de acordo com a deliberação da Câmara Municipal até porque todas as competências eram uma incógnita em termos de transferência de verba e que, ao aceitarem provavelmente onerariam muito as despesas da Câmara Municipal sem saberem o que iriam receber. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** mencionou que tinha ouvido o Presidente da Câmara Municipal quanto ao facto das competências que se propunham não aceitar não terem envelope financeiro, não terem enquadramento, ou seja, que careciam de uma série de pressupostos que os permitissem aceitar à data, porém iriam aceitar a competência da cultura. \_\_\_\_\_

----Relativamente à cultura pretendia saber quais eram os pressupostos em que a Câmara Municipal se baseava para considerar que devia de aceitar e quais eram as condições para o fazerem. \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que o diploma da cultura era muito pequeno e também no propósito. Basicamente referia-se à transferência de um conjunto de bens, museus, fortes, castelos, espaços públicos, que naquele momento estavam no âmbito da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e que eram equipamentos geridos pelo Estado Central que passariam para as autarquias locais. Em Tavira não existia qualquer equipamento naquela situação pelo que aquele diploma para Tavira era

inócuo. A única parte do diploma que era aplicável referia-se aos números um e três do artigo das receitas dos municípios onde eram referidas as taxas a cobrar. Quanto às despesas não existiam porque não havia transferência de funcionário, não havia património imobiliário, edifícios públicos históricos para transferir, o que acontecia em outros concelhos mas não em Tavira pelo que não tinham qualquer óbice em fazer aquela transferência porque verdadeiramente estavam apenas a falar de uma taxa, de uma cobrança de algo que ainda tinham que estudar, sendo que a despesa era zero. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que a taxa referida dizia respeito ao licenciamento dos espetáculos que passava para a Câmara Municipal cuja competência já tinham sobre os recintos improvisados. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que à semelhança do que vinha a ser a posição que habitualmente tomavam e uma vez que existiam situações que não estavam clarificadas como o pacote financeiro e outros, a orientação de voto da sua bancada era no sentido favorável. \_\_\_\_\_

----O **Deputado Municipal Pedro Soares** referiu que continuando o que vinha afirmando nos últimos tempos a posição da CDU seria sempre a de fazer pressão para que nenhuma competência fosse transferida para o poder local pelo que votariam favoravelmente aquela proposta mas não a proposta de Lei Nacional *“alertando sempre às suas consequências, consequências que não se notarão aquando transferidas todas as competências mas num médio e a longo prazo. Num dia onde aprovámos a prestação de contas onde reconhecemos um caminho traçado onde sabemos que poderia ir mais longe alertamos este Executivo a não cair no erro de retirar financiamento em áreas onde estão a trabalhar bem e a funcionar bem em prol de outras que assumirá competências.* \_\_\_\_\_

----*Devem de caber ao Estado para além das que já são próprias do exercício da soberania os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso de bens e serviços constitucionalmente garantidos.* \_\_\_\_\_  
*Ao local o que é do local, ao central o que deve de permanecer no central, ao regional o que tem que ser para o regional.* \_\_\_\_\_

----O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação a proposta número 40/2019/CM, referente à Descentralização – transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Silvino Oliveira, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Carlos Marcelino. \_\_\_\_

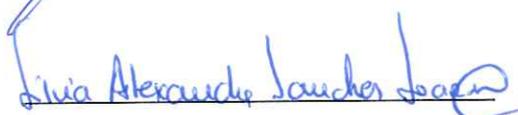
----Efetuada a leitura das minutas de deliberação foram todas aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas zero horas e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

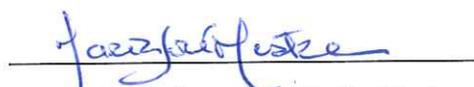
A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,



José Otilio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Maria José Dias Palma Simão Mestre

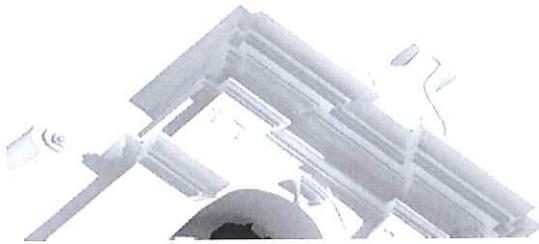


Doc. Nº. 1

município  
**tavira**

## VOTANTES DA ATA DE 29-11-2018 EM 28-02-2019

	Nomes	Formação partidária	Presenças
1	Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
2	Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
3	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
4	Carla Patrícia Maié Martins	PS	
5	Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
6	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
7	Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS	
8	José Epifânio Martins da Graça	PS	
9	José Liberto da Conceição Graça	PS	
10	José Mateus Domingos Costa	PS	
11	José Otilio Pires Baia	PS	
12	Leonardo António Gonçalves Martins	PSD	
13	Luís Manuel Duarte de Brito	PSD	
14	Maria João Teixeira Dias dos Anjos	PS	
15	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
16	Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
17	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
18	Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
19	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
20	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
21	Vírgilio António Horta	PS	
22	Vítor Manuel do Nascimento Palmeira	PS	



Doc. Nº. 2

município  
**tavira**

## VOTANTES DA ATA DE 11-12-2018 EM 28-02-2019

	Nomes	Formação partidária	Presenças
1	Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
2	Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
3	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
4	Carla Patrícia Maié Martins	PS	
5	Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
6	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
7	Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS	
8	José Epifânio Martins da Graça	PS	
9	José Liberto da Conceição Graça	PS	
10	José Mateus Domingos Costa	PS	
11	José Otilio Pires Baia	PS	
12	Maria João Teixeira Dias dos Anjos	PS	
13	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
14	Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
15	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
16	Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
17	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
18	Pedro Miguel Entrudo Soares	CDU	
19	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
20	Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira	PSD	
21	Vírgilio António Horta	PS	
22	Vitor Manuel do Nascimento Palmeira	PS	



## Bloco Esquerda/Tavira

### Recomendação

#### Pela urgente melhoria das condições dos Bombeiros Municipais de Tavira

Considerando que as instalações dos Bombeiros Municipais de Tavira são bastante exíguas para as necessidades dos tempos atuais e que este facto aliado a outras matérias do foro salarial levam a que, apesar da consideração da sociedade para com a função de bombeiro municipal, seja desmotivante e inclusivamente visto como uma solução temporária de obtenção de rendimento.

O atual quartel dos bombeiros municipais, tem já uma determinada idade e principalmente a sua estrutura está desadequada das necessidades de espaço e de condições para a realização de um desempenho com motivação para os profissionais que exercem a sua função nas respetivas instalações.

Desta forma justifica-se a necessidade de pensar rapidamente numa nova estrutura para albergar condignamente os bombeiros municipais e todo o seu dispositivo móvel.

Por outro lado, as carreiras dos bombeiros municipais não são atrativas devido a exigir uma enorme disponibilidade do profissional, contrariamente à sua remuneração, a qual é claramente deficiente, com a agravante da formação ser morosa e alta qualificação, para os elementos exercerem as suas funções. Sublinhe-se que para se ser bombeiro são necessárias várias centenas de horas de formação. A agravar esta realidade está o facto da progressão na carreira ser de difícil obtenção assim como a diferenciação, incompreensível, entre as carreiras dos Bombeiros Municipais e dos Bombeiros Sapadores, com prejuízo dos primeiros.



O número de efetivos é também um aspeto importante, visto ser necessário uma determinada quantidade de elementos para executar convenientemente as diversas competências dos bombeiros municipais, o que obriga a que deva existir uma atenção redobrada para o seu quadro de pessoal, de forma a cumprir os requisitos indicados na Lei. O número de efetivos dos bombeiros municipais de Tavira, tem vindo a aumentar mas ainda está aquém do necessário.

**Assim, pelo exposto acima, a Assembleia Municipal, reunida em 28/2/2019, recomenda ao Executivo Camarário que:**

- 1- Desenvolva rapidamente esforços para realocar o quartel dos Bombeiros Municipais de Tavira, o qual deve situar-se junto das vias de acesso, obtendo desta forma uma melhor localização para a rápida intervenção nos vários cenários possíveis.
- 2- Pugne pela equiparação dos Bombeiros Municipais aos Bombeiros Sapadores, conseguindo-se desta forma uma maior motivação dos profissionais, assim como um reforço na atratividade da função, a qual trará uma progressiva melhoria na qualidade dos efetivos futuros.
- 3- Dinamize a contratação de mais elementos para o quadro de efetivos dos Bombeiros Municipais de Tavira, de forma a criar um quadro equilibrado e, conseqüentemente uma melhor gestão dos recursos humanos existentes.

**O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda/Tavira**

**Artur Sanina**



Bloco Esquerda/Tavira

MOÇÃO

***PELO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO***

Considerando que:

- 1- O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades;
- 2- A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo;
- 3- Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs.
- 4- Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica;
- 5- Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017).
- 6- Apesar de 18 anos passados, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande;

low  
reg.  
/

7- Só este ano, 2019, já foram assassinadas 10 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente.

8- Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invisíveis.

9- Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017, as participações do crime de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos.

10- Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros.

11- O parlamento português tem tido, em especial no último ano, várias discussões e apresentação de várias iniciativas legislativas referentes a esta problemática específica da violência doméstica e violação, de onde destacamos:

- a. Projeto de Lei 976/XIII (BE) – Altera o Código Penal, reforçando o combate à violência doméstica, sexual e sobre menores (46<sup>a</sup> alteração ao Código Penal);
- b. Projeto de Lei 977/XIII (BE) – Altera o Código de Processo Penal, alargando a possibilidade de aplicação de prisão preventiva e limitando a aplicação da figura da suspensão provisória de processo (31<sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal);
- c. Projeto de Lei 978/XIII (BE) – Cria os Juízos de Violência Doméstica;
- d. Projeto de Lei 1013/XIII (PAN) - Procede à alteração do artigo 41º da Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, reforçando os trâmites de cooperação das entidades empregadoras com os trabalhadores vítimas de violência doméstica;
- e. Projeto de Lei 1017/XIII (CDS) – Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica ou maus tratos;

- 
- f. Projeto de Lei 1047/XIII (PAN) – Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de violação, adaptando a legislação à Convenção de Istambul ratificada por Portugal;
  - g. Projeto de Lei 1058/XIII (BE) – Procede à alteração dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal, em respeito pela Convenção de Istambul (47ª alteração ao Código Penal);
  - h. Projeto de Lei 1105/XIII (BE) – Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33ª alteração do Código de Processo Penal);

12- Parte das propostas estão em especialidade, outras foram já rejeitadas, mas, no geral, o que se tem depreendido do debate público sobre estas matérias é que existe pouca vontade política para fazer alterações à legislação. O argumento tem sido de que é preciso investir mais na formação dos e das profissionais.

13- Concordando com a necessidade permanente de existir formação, os números indicam claramente que isso não chega. Tudo o que se fizer neste âmbito, seja de nível nacional ou local, será sempre pouco enquanto o número de femicídios for tão elevado.

14- Lembramos que, desde 2007, o Bloco de Esquerda propõe a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas várias fases do processo e nas várias entidades. Apenas agora o Governo está a dar início a este caminho: é positivo, mas já vem tarde.

15- A gravidade da situação não se coaduna com o rejeitar de possíveis alterações à legislação, ora porque haverá sempre juízes ou juízas que tomam más decisões, ora porque o que é preciso mudar são as mentalidades. Ignorar, por exemplo, que o enquadramento legal atual potencia as penas suspensas para penas abaixo de 5 anos para este tipo de crimes é deixar as vítimas expostas a mais violência.

**Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28/2/2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**

1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas e próximas semanas, ocorrerão por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género;

- 
2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva;
  3. Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas:
    - a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores;
    - b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público;
    - c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes;
    - d. Garantir a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor;
    - e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (*stalking*), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito.
  4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.
  5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas.
  6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.

**O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda/Tavira**

**Artur Sanina**